

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

AMPLA PARTICIPAÇÃO

PROCESSO ELETRÔNICO nº: 202600047001531

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: Contratação de serviços continuados de segurança da informação, compreendendo a renovação de licenciamento, suporte técnico especializado (24x7), atualização de assinaturas de segurança (FortiGuard) e manutenção da solução de firewall baseada em tecnologia Fortinet, incluindo solução de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer).

DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO: 07/07/2026 às 09:00 h - Horário de Brasília

LOCAL: Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG: 925400

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP – 74.674-015, por intermédio do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, instituídos pela **Portaria nº 729/2025**, tornam público o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026**, processo eletrônico nº **202600047001531** sob critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, licitação que será regida pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas e a IN 73/2022, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações, e demais exigências deste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio de Sistema Eletrônico, acessado por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

I - Início de acolhimento de propostas:

22/06/2026 às 08h00min – Horário de Brasília;

II – Limite de acolhimento de propostas:

07/07/2026 às 08h59min – Horário de Brasília;

III – Data e hora do Pregão:

07/07/2026 às 09h00min – Horário de Brasília.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local (endereço eletrônico) estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de segurança da informação, compreendendo a renovação de licenciamento, suporte técnico especializado (24x7), atualização de assinaturas de segurança (FortiGuard) e manutenção da solução de firewall baseada em tecnologia Fortinet, incluindo solução de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, assegurando a continuidade da solução de segurança da informação.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1 | Suporte técnico especializado e renovação de licenciamento FortiGuard, incluindo serviços de segurança e atualização contínua, com suporte do tipo FortiCare Elite, para firewall FortiGate 1800F. | unidade | 2 |
| 2 | Suporte técnico e licenciamento da solução FortiAnalyzer, com capacidade mínima de ingestão e processamento de 20 GB de logs por dia. | unidade | 1 |

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações e quantidades deste objeto descritas no Edital e as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Estudo Técnico Preliminar.

Anexo II: Mapa de Riscos.

Anexo III: Termo de Referência.

Anexo IV: Orçamento Estimativo.

Anexo V: Minuta de Contrato.

Anexo VI: Modelo de Proposta de Preços.

Anexo VII: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação.

Anexo VIII: Modelo de Declaração de não empregar menor.

Anexo IX: Modelo de Declaração de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno porte-EPP e de não celebração de contratos com a administração que extrapolem o limite de enquadramento.

Anexo X: Modelo de Declaração que não possui parentesco.

Anexo XI: Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

Anexo XII: Declaração de Proposta Integral, englobados os direitos trabalhistas.

Anexo XIII: Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social e aprendiz.

Anexo XIV: Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Anexo XV: Declaração de Conhecimento das Condições das Instalações.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

2.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e divulgará

as respostas, que vincularão os participantes e a Administração, no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e na plataforma em que será realizada a licitação.

2.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: licitacoes@tce.go.gov.br.

2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação, será oportunamente definida e publicada nova data para a realização do certame.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. Não poderão participar deste pregão:

3.2.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.



3.2.4. Entidades empresariais cujo sócio, ou, no caso de sociedades anônimas, cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo do Anexo VI deste Edital.

3.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.7. Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação.

3.2.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.9. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.2.10. O impedimento de que trata o item 3.2.9 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar uma única proposta de preços.

3.3.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

3.4. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas por este Tribunal, sujeitando o licitante às penalidades da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao TCE-GO poderá ser elegível para participar deste processo licitatório.

3.6. A aplicação do governo federal, denominada “Compras.gov” (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), será a provedora do Sistema Eletrônico em que será processado este Pregão.

3.7. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.9. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1. A disputa deste certame é aberta a quaisquer empresas que preencham as condições previstas no presente edital e termo de referência anexo.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.3. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela Lei Estadual nº 17.928/2012 deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico, a sua condição de ME ou EPP. Essa declaração é necessária para o processamento do tratamento diferenciado no procedimento licitatório.

4.3.1. Essa identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na Sessão pública do Pregão Eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

4.3.2. A obtenção do benefício a que se refere o item 4.3 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. Essa identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na Sessão pública do Pregão Eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

4.3.4. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

4.3.4.2. O intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

4.3.5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



4.3.5.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.3.5.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese e em ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.3.5.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos será realizado entre elas sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.3.5.3.1. Na hipótese da não-contratação o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame e somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.6. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances ou a contar da convocação do agente de contratação, sob pena de preclusão.

4.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* do art. 3º da referida lei;

4.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;



4.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do objeto deste certame, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.5. O licitante que prestar declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ficará sujeito às sanções previstas neste edital.

4.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos dos participantes.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública;

5.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.2.6. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas pelo licitante, no sistema, assumidos como firmes e verdadeiros suas propostas e seus lances, inclusive os atos

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, em licitações, ainda que seja por terceiros.

5.3. A falsidade da declaração de que trata este artigo sujeitará o licitante às sanções mencionadas neste edital.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.8. O licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

5.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total da soma dos itens e o total do lote/grupo;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos

prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.3.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor total GLOBAL.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 100,00 (cem) reais**.

7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado



pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.11.1. Caso ainda assim ocorra um empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



7.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.17.1.1. Na inviabilidade da realização do procedimento indicado no item anterior, o pregoeiro poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação, com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso.

7.18. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de prestação ou de acondicionamento de bens, ou qualquer outro motivo.

7.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, conforme condições e especificações exigidas neste edital e seus anexos.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e condições de participação previstas neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.4. O CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais <https://www.go.gov.br/spr/economia/emitir-declaracao-do-cadin-estadual>.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade previsto neste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7.6. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10.1. Também poderão ser efetuadas diligências ou solicitados documentos complementares, a exemplo de fotos, manuais, catálogos e testes, caso haja dúvidas sobre a conformidade da proposta com as especificações técnicas pormenorizadas ou com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos (art. 59, incisos II e V da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Por ocasião da análise da proposta apresentada pelo licitante, ainda que o julgamento seja pelo menor preço global, os preços unitários também serão submetidos à apreciação, podendo ser determinada diligência caso haja distorções significativas de proporcionalidade em relação aos preços constantes da planilha de custos da licitação.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Eventuais documentos exigidos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O licitante vencedor convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da convocação dos anexos pelo agente de contratações no sistema, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados exclusivamente pelo próprio sistema eletrônico compras.gov, sendo:



9.2.1. Certificado de Regularidade de Registro Cadastral de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR).

9.2.2. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

9.2.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física e do representante com poder de administração da pessoa jurídica. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no prego, se for o caso.

9.2.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.2.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.4.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

9.2.4.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

9.2.4.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Goiás para licitantes sediados em outro Estado da Federação);

9.2.4.6. Fazenda Municipal;

9.2.4.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

9.2.4.8. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2.5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.2.5.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;



9.2.5.2. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.2.5.3. os documentos exigidos no item 9.2.5.1. serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.2.5.3.1. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.2.5.4. os documentos mencionados no item 9.2.5.1. deverão estar na forma da lei.

9.2.5.5. Para fins de apresentação dos documentos mencionados no item 9.2.5.1. deverá ser considerado a data da sessão pública.

9.2.5.6. Para fins de exercício social, serão consideradas as datas de entrega desses documentos determinado pela Receita Federal para as empresas que utilizam Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para as que realizam o registro na Junta Comercial, o prazo definido pelo art. 1078, inc. I da Lei 10.406/2002 e demais casos, conforme a legislação pertinente.

9.2.5.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}; \\ \text{SG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}}; \text{ e} \\ \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.2.5.8. As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC).

9.2.5.9. Para fins de aferição dos índices mencionados no item anterior será considerado o resultado do último exercício social apresentado, considerando ser o saldo dos dois últimos exercícios.

9.2.5.10. Verificado erro de cálculo dos índices financeiros caberá ao Agente de Contratação promover diligência para correção.

9.2.5.11. Deverá ser apresentado balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos exercícios sociais para fins de comprovação de boa situação financeira da empresa.



9.2.6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.2.6.1. Para a documentação de qualificação técnica deverá ser observado o item 9 do Termo de Referência – Anexo do Edital.

9.2.7. Os licitantes deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação a seguinte documentação complementar:

9.2.7.1 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo VII** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

9.2.7.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor (es) de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo VIII** deste edital;

9.2.7.3. Declaração, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme modelo constante do **Anexo IX** deste edital.

9.2.7.4. Declaração, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo constante do **Anexo X** deste Edital;

9.2.7.5. Declaração, sob as penas da lei, de sustentabilidade ambiental, conforme modelo constante do **Anexo XI** deste Edital, que poderá ser apresentada e assinada na etapa contratual pelo adjudicatário;

9.2.7.6. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante do **Anexo XII** deste Edital;

9.2.7.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, conforme modelo constante do **Anexo XIII** deste Edital;



9.2.7.8. Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018, devendo utilizar o modelo constante do **Anexo XIV** deste Edital;

9.2.8. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.9. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

9.2.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.2.11. Na hipótese do item 9.2.8. as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2.12. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

9.2.13. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

9.2.14. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2.14.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.15. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.16. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



9.2.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.2.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.2.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.2.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.2.21. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.2.21.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.2.22. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.2.22.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.2.23. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.2.24. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.2.25. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.2.26. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.2.26.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.2.26.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



9.2.27. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.2.28. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.2.29. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.2.30. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.3. Da Visita Técnica

9.3.1. A vistoria é facultada aos licitantes, sendo de responsabilidade da empresa contratada eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do local de implementação da solução contratada.

9.3.2. Os critérios, agendamentos e procedimentos para a visita técnica encontram-se no item 9.6 do termo de referência.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, com as motivações, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,

nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com a sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: portal.tce.go.gov.br.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Encerradas as fases do julgamento, da habilitação e recursal, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que observará o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A homologação da licitação é de responsabilidade do Conselheiro Presidente do TCE-GO e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora.

11.3. Quando houver recurso e o(a) Agente de Contratação mantiver sua decisão, deverá esta ser submetida à autoridade competente para decidir acerca dos atos do(a) Agente de Contratação.

11.4. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste Edital.

12. DA FISCALIZAÇÃO, DO PAGAMENTO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão aos servidores designados no inciso IX do art. 13 da Portaria nº 729/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Licardino Siqueira Pires e Leandro dos Santos.

12.2. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

12.3. As comunicações entre CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, as quais devem ser anexadas ao processo de contratação.

12.4. O fiscal do contrato acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços de segurança da informação, cabendo-lhe:



- I - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;
- II - informar a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- III - comunicar, por meio de notificações e relatórios, as ocorrências e fazer as determinações necessárias à perfeita execução contratual;
- IV - proceder às medições dos serviços executados, aprovando os registros apresentados pela CONTRATADA;
- V - adotar medidas preventivas de controle do contrato;
- VI - avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, verificando sua conformidade com as especificações técnicas e níveis de serviço estabelecidos;
- VII - exigir o cumprimento das normas técnicas, legais e de segurança da informação aplicáveis;
- VIII - realizar o recebimento do objeto contratado, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;
- IX - propor, quando for o caso, a aplicação de sanções;
- X - verificar a compatibilidade da qualidade dos serviços prestados com o objeto contratado.

12.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor e do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao Secretário de Administração do TCE-GO, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

12.6. Além do acompanhamento e da fiscalização da execução do objeto, o fiscal poderá recusar o recebimento dos serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

12.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato (art. 120 da Lei n. 14.133/2021).

12.8. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para o TCE-GO.

12.9. Sempre que necessário, a Administração poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que demandem atuação imediata ou esclarecimentos técnicos relacionados à execução do contrato.

12.10. O pagamento será efetuado em parcela única, em até 30 (trinta) dias corridos, contados do atesto da Nota Fiscal/Fatura e do recebimento definitivo do objeto.

12.11. O pagamento estará condicionado:



- a) à comprovação da ativação das licenças, assinaturas e serviços contratados;
- b) ao recebimento definitivo do objeto;
- c) ao atesto da execução pelo fiscal do contrato;
- d) à apresentação da documentação fiscal regular;
- e) à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

12.12. Considerando que o pagamento será realizado em parcela única, eventual descumprimento posterior dos níveis de serviço durante a vigência contratual não ensejará glosa automática de parcelas futuras, mas poderá acarretar a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, sem prejuízo da adoção das medidas necessárias à regularização da execução contratual.

12.12.1. A apuração de eventual descumprimento dos níveis de serviço considerará a gravidade da ocorrência, a reincidência, o impacto no ambiente tecnológico do Tribunal e o tempo de indisponibilidade ou degradação da solução.

12.12.2. O descumprimento dos níveis de serviço poderá ensejar, observado o devido processo administrativo, a aplicação de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade, extinção contratual ou outras medidas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Lei Estadual nº 13.800/2001, na Resolução Administrativa nº 12/2025 do TCE-GO e no instrumento contratual.

12.12.3. As penalidades decorrentes de descumprimento contratual deverão observar a proporcionalidade, a razoabilidade, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

12.12.4. As penalidades por descumprimento dos níveis de serviço deverão guardar simetria com as sanções e percentuais previstos no edital e no contrato.

12.13. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, calculados proporcionalmente aos dias de atraso.

12.14. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:
EM = I x N x VP, onde:

- EM = Encargos moratórios devidos;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438;
- VP = Valor da prestação em atraso.

12.15. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária, em instituição financeira indicada na Nota Fiscal, devendo constar o nome do banco, agência e número da conta corrente para crédito.

12.16. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

12.17. Qualquer erro ou omissão na documentação fiscal implicará sua devolução à CONTRATADA para correção, ficando suspenso o prazo para pagamento até a regularização.

12.18. Quando do pagamento, será verificada a regularidade da CONTRATADA quanto à documentação fiscal, trabalhista e previdenciária exigida, mediante consulta aos sistemas oficiais.

12.19. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

13. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 889.125,85 (oitocentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos)**, conforme orçamento estimado constante do Anexo IV deste edital.

13.2. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026.0201.01.032.4200.4215.03.25000100.90.0000, bem como na Natureza de Despesa 3.3.90.40.84 – Manutenção, Suporte e Instalação de Softwares, com impacto orçamentário-financeiro estimado em R\$ 889.125,85 (oitocentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos)

13.3. Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

13.3.1. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.3.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.4. O TCE-GO realizará diligências para aferir a exequibilidade das propostas e exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (§ 2º, art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021) caso as mesmas apresentem deságio excessivo.

13.5. Serão aceitas como válidas as comprovações por meio de notas fiscais de itens similares provenientes de distribuidoras e/ou fabricantes, cotações, pesquisa de preços decorrentes de sites eletrônicos, entre outros instrumentos efetivos. Todavia, informamos que cotações de empresas terceiras serão objeto de investigação visando a prevenção de fraudes e concorrência desleal, sujeitando-se à aplicação das sanções legais cabíveis por esta Corte de Contas em caso de falsificação ou manipulação de propostas comerciais apresentadas por outras empresas.

13.6. Portanto, as licitantes serão responsabilizadas pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação a execução do contrato, assim

como comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, nos termos deste instrumento convocatório, podendo este Tribunal de Contas aplicar às licitantes as sanções previstas neste instrumento convocatório nos termos da Lei Federal nº 14.133.

13.7. Tendo em vista as peculiaridades da contratação ora proposta, faz-se essencial os seguintes esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais deverão ser observados pelas empresas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:

13.7.1. Os insumos foram cotados individualmente e representam o valor atual real de aquisição que podem ser majorados no mercado ao longo do período de doze meses na qual a contratada não fará jus ao reajuste de periodicidade anual. Portanto, é recomendável a análise criteriosa da redução desses custos diretos antes da fase competitiva do certame;

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual.

14.2. Os representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do(a) contrato, por meio do SINI, no sítio do Tribunal de Contas do Estado (<https://portal.tce.go.gov.br>).

14.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

14.4. Por ocasião da assinatura do **instrumento contratual**, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

14.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pelo TCE-GO.

14.6. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

14.7. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

14.8. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo contratual ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas pelo art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

14.11. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital de licitação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

14.12. Na hipótese de o adjudicatário da licitação não comprovar as condições de assinatura do contrato consignadas no edital de licitação, recusar-se a assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação.

14.13. Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ocasião em que será verificada a conformidade da proposta, o atendimento dos requisitos de habilitação e os eventuais documentos complementares.

14.13.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.13.2. Em caso de rescisão contratual ou de anulação da nota de empenho, ocorrida(s) em virtude de inexecução parcial ou total, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do objeto, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 14.13 e 14.13.1 deste instrumento.

15. DO PRAZO, EXECUÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

15.1. A execução do objeto terá início após a assinatura do contrato, a ser encaminhado em meio eletrônico, devendo a CONTRATADA disponibilizar os serviços contratados em prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento.

15.2. Os serviços serão prestados de forma contínua, durante toda a vigência contratual, com execução permanente da solução de segurança da informação, não se tratando de fornecimento sob demanda, mas de manutenção contínua da infraestrutura tecnológica.

15.3. A prestação dos serviços deverá ocorrer no ambiente tecnológico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, podendo ser realizada de forma remota e, quando necessário, presencial, na sede administrativa localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO.

15.4. Eventuais despesas com deslocamento de técnicos, bem como custos relacionados à execução dos serviços, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

15.5. CONDIÇÕES DE SUPORTE TÉCNICO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.5.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico especializado em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, no nível FortiCare Elite, contemplando atendimento avançado do fabricante, substituição de hardware conforme política do fabricante e acesso a atualizações críticas de segurança.

15.5.2. O suporte técnico deverá contemplar, no mínimo, atendimento remoto para diagnóstico e resolução de incidentes, abertura e acompanhamento de chamados técnicos, aplicação de atualizações e apoio à operação da solução.

15.5.3. A CONTRATADA deverá garantir a atualização contínua das assinaturas de segurança, bem como a aplicação de correções e melhorias disponibilizadas pelo fabricante.

15.5.4. Os serviços deverão assegurar a manutenção da arquitetura em alta disponibilidade (HA), garantindo a continuidade operacional da solução.

15.5.5. O atendimento às demandas deverá ocorrer mediante abertura de chamados técnicos, com registro, acompanhamento e rastreabilidade.

15.6. SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA

15.6.1. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA será responsável pela manutenção da solução, incluindo correção de falhas, atualização de sistemas e suporte técnico especializado.

15.6.2. O suporte deverá abranger a resolução de incidentes, ajustes de configuração, atualização de versões e demais atividades necessárias à plena operação da solução.

15.6.3. A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento da solução durante toda a vigência contratual, mantendo-a atualizada e protegida contra vulnerabilidades.

15.7. O retardamento na execução dos serviços, não justificado, considerar-se-á como infração contratual.

16. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

16.1. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir data da elaboração do orçamento estimativo, no dia 30/04/2026, adotando-se como parâmetro o **Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI**, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto exclusivamente para viabilizar a prestação de serviços diretamente pelo fabricante da solução, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução contratual, inclusive quanto aos níveis de serviço e garantias estabelecidos.

18. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

18.1. A forma de medição dos serviços prestados e o critério de pagamento estão elencados no item 8, em seu inteiro teor do Termo de referência – Anexo III.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Os licitantes e contratados serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:



- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) o caráter educativo da pena;
- f) o princípio da proporcionalidade;
- g) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital.

19.5.1. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.2. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “b”, “c”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.3. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de fornecimento ou serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;
- b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

19.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de máximo 3 (três) anos.

19.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos ao contratado ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

19.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

19.14. As sanções previstas deste tópico são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e da Lei estadual nº 13.800/2001, e a Resolução Administrativa nº 12/2025 desta Corte de Contas, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito do TCE-GO.

19.16. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como

atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e obrigando-se ao integral cumprimento das disposições do Código de Ética e da Política de Integridade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no que lhe for aplicável.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão cumprir integralmente as obrigações estabelecidas nos itens 5.8 e 5.9 do Termo de Referência e nas Cláusulas terceira e quarta da Minuta Contratual, que são parte integrante do presente edital.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do contratante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o licitante tenha direito a qualquer indenização.

22.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

22.3. É facultado ao Agente de Contratação ou à Autoridade Competente, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

22.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Licitação.

22.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Agente de Contratação.

22.6. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo TCE-GO.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expedientes normais.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

22.9. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.

22.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do comprador, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. O objeto da presente Licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme previsto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.11.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

22.12. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

22.13. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

22.14. O Edital e seus Anexos, além de poderem ser visualizados nos sites comprasnet.gov.br e www.tce.go.gov.br, poderão ser obtidos na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (com prévio recolhimento de taxas limitado ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida, conforme inc. II do art. 176, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.721/03), localizado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP 74.674-015.

22.15. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Lei Complementar nº 131 – Lei da Transparência, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados no Portal do TCE-GO.

22.16. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3228-2696 (Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Serviço de Licitações) ou pelo e-mail: licitacoes@tce.go.gov.br.

22.17. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia, 18 de junho de 2026.



POLYANE VIEIRA MEIRELES
ELABORAÇÃO DO EDITAL

NILSON ELIAS DE CARVALHO JUNIOR
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

LUIS CARLOS DE GOUVEIA COELHO
EQUIPE DE APOIO

LIDIA LABORÃO MEIRELLES
EQUIPE DE APOIO

PAULO HENRIQUE BORGES DA SILVA
EQUIPE DE APOIO

MILENA GEBRIM BRAGA NUNES
EQUIPE DE APOIO

FERNANDO NAVES DO CARMO MARINHO
EQUIPE DE APOIO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, da Lei n. 14.133/2021):

1.1. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás, por intermédio da Diretoria de Tecnologia da Informação – DI-TI, necessita promover a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança da informação, destinados à proteção contínua da infraestrutura tecnológica institucional, mediante fornecimento de licenciamento, suporte técnico especializado, atualização de assinaturas de segurança e manutenção da solução atualmente implantada.

1.2. A Diretoria de Tecnologia da Informação é responsável pela governança dos recursos tecnológicos do Tribunal, competindo-lhe assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações institucionais, bem como prover soluções tecnológicas adequadas ao suporte das atividades finalísticas e administrativas da Corte de Contas.

1.3. O TCE-GO opera em ambiente fortemente digitalizado, utilizando sistemas informatizados para tramitação processual, produção de atos administrativos, comunicação institucional e execução de atividades internas e externas, circunstância que torna a segurança da informação elemento essencial à continuidade dos serviços públicos prestados.

1.4. A infraestrutura tecnológica do Tribunal conta com solução de segurança de rede baseada em dispositivos de firewall de próxima geração (NGFW) e ferramentas de gerenciamento e análise de eventos, responsáveis pelo controle do tráfego, prevenção de intrusões e proteção do ambiente de Data Center, conforme estabelecido no Contrato nº 44/2023.

1.5. Conforme consignado no Memorando nº 111/2026 – DI-TI, a presente demanda visa à **renovação dos serviços de licenciamento, suporte técnico e atualização de segurança** dos ativos de rede do fabricante Fortinet (FortiGate 1800F), bem como da solução de gerenciamento de logs, os quais compõem a camada crítica de proteção perimetral do ambiente institucional.

1.6. Registre-se que o Contrato nº 44/2023 possui vigência de 36 (trinta e seis) meses, **sem possibilidade de prorrogação**, conforme cláusula contratual específica, com término previsto para setembro de 2026. Dessa forma, a continuidade dos serviços depende necessariamente da realização de novo procedimento licitatório.

1.7. A eventual descontinuidade da solução de segurança ou a ausência de suporte técnico especializado poderá acarretar riscos relevantes à Administração, tais como:



- indisponibilidade de sistemas institucionais;
- vulnerabilidade a ataques cibernéticos;
- comprometimento da integridade e confidencialidade das informações;
- falhas na detecção e resposta a incidentes de segurança;
- prejuízos operacionais e reputacionais ao Tribunal.

1.8. Ademais, a evolução constante das ameaças cibernéticas, aliada à complexidade dos ambientes tecnológicos atuais, exige a manutenção contínua e atualização da solução de segurança da informação, compatível com boas práticas de governança, gestão de riscos e segurança da informação.

1.9. Diante desse contexto, a contratação pretendida mostra-se necessária para assegurar a continuidade operacional dos sistemas institucionais, adequada para mitigar riscos de segurança cibernética decorrentes do encerramento do contrato vigente e justificada sob os aspectos da eficiência administrativa, da proteção das informações institucionais e da conformidade com as boas práticas de governança no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021):

2.1. A contratação pretendida encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conforme registro formalizado pela unidade demandante.

2.2. De acordo com as informações constantes do PCA, a demanda está vinculada à Diretoria de Tecnologia da Informação – DI-TI, correspondente ao **item 5 do Plano de Contratações Anual**, com descrição relativa ao fornecimento de **serviços gerenciados de segurança da informação**, e previsão de atendimento a partir de 30 de janeiro de 2026.

2.3. A referida contratação foi classificada como de natureza continuada, com indicação de prorrogação contratual, e grau de prioridade médio, evidenciando sua relevância operacional para a manutenção da segurança da infraestrutura tecnológica e dos sistemas institucionais.

2.4. O valor estimado constante do Plano de Contratações Anual – PCA 2026 é de R\$ 1.343.998,00 (um milhão, trezentos e quarenta e três mil, novecentos e noventa e oito reais), o qual deve ser compreendido como referência preliminar de planejamento, formulada em momento anterior ao detalhamento técnico do objeto e à consolidação da pesquisa de preços.

2.5. Durante a instrução processual, a estimativa de custos foi atualizada com base no detalhamento do escopo da contratação e na pesquisa de preços formalizada nos autos, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 9.900/2021, resultando no valor estimado de R\$ 889.125,85 (oitocentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme Orçamento Estimativo que integra a fase preparatória da contratação.

2.6. A diferença entre o valor inicialmente previsto no PCA/DFD e o valor estimado atualizado decorre do aprofundamento do planejamento da contratação, da delimitação técnica do escopo efetivamente necessário e da consolidação da pesquisa de preços realizada na fase preparatória,

não configurando alteração da necessidade administrativa, mas atualização da estimativa de custo à realidade de mercado apurada nos autos.

2.7. A previsão da contratação no Plano de Contratações Anual demonstra o alinhamento da demanda ao planejamento institucional e às diretrizes de governança das contratações públicas, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a racionalização das aquisições e para a adequada gestão dos recursos públicos.

2.8. Registra-se que a presente contratação possui natureza de continuidade de solução tecnológica já implantada, não se tratando de nova implementação, mas de manutenção, suporte, atualização de segurança e licenciamento de serviços essenciais à segurança da informação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III, da Lei n. 14.133/2021):

3.1. Requisitos técnicos da solução

3.1.1. A solução a ser contratada deverá contemplar o fornecimento de **serviços gerenciados de segurança da informação**, incluindo licenciamento, suporte técnico, garantia e atualização de segurança dos ativos de rede do tipo firewall de próxima geração (NGFW), bem como solução de gerenciamento e análise de logs.

3.1.2. A solução deverá ser compatível com os ativos atualmente implantados no ambiente do TCE-GO, notadamente os equipamentos do fabricante Fortinet, modelo FortiGate 1800F, bem como a solução FortiAnalyzer, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda.

3.1.3. Deverá contemplar, no mínimo:

- Licenciamento de funcionalidades de segurança (UTP – Unified Threat Protection), incluindo:
 - Sistema de prevenção de intrusões (IPS);
 - Sistema de detecção de intrusões (IDS);
 - Controle de aplicações;
 - Filtragem web;
 - Antivírus e antimalware;
 - Proteção contra ameaças avançadas;
 - Suporte técnico especializado em nível compatível com a criticidade do ambiente, incluindo atendimento em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com suporte avançado do fabricante e acesso a atualizações críticas de segurança.
- Serviços de suporte técnico especializado;
- Atualizações contínuas de assinaturas de segurança;
- Serviços de garantia e manutenção da solução;
- Solução de coleta, correlação e análise de logs de segurança.

3.1.4. A solução deverá assegurar proteção perimetral da rede, realizando inspeção de tráfego, controle de acessos e mitigação de ameaças cibernéticas, considerando que os equipamentos atuam na camada crítica de borda do Data Center institucional.

3.1.5. Deverá permitir a análise centralizada de eventos de segurança, com capacidade mínima compatível com o volume de logs gerados pelo ambiente institucional, incluindo retenção, consulta e geração de relatórios gerenciais e operacionais.

3.1.6. A solução deverá ser plenamente compatível com o ambiente tecnológico existente, não podendo impor restrições técnicas indevidas, dependência tecnológica injustificada ou necessidade de substituição integral da infraestrutura atual, salvo se tecnicamente justificado.

3.1.7. Deverá garantir atualização contínua da solução, incluindo:

- assinaturas de ameaças;
- versões de software (firmware);
- correções de vulnerabilidades.

3.1.8. A contratada deverá assegurar suporte técnico em língua portuguesa, com atendimento remoto e, quando necessário, presencial, para instalação, configuração, troubleshooting e resolução de incidentes.

3.2. Requisitos de níveis de serviço

3.2.1. Considerando a criticidade da solução para a segurança da informação e a continuidade dos serviços institucionais, a contratação deverá contemplar a definição de **níveis de serviço (SLA/ANS)** compatíveis com a natureza do objeto.

3.2.2. Os níveis de serviço deverão abranger, no mínimo:

- disponibilidade da solução;
- tempo de resposta e de resolução de incidentes;
- suporte técnico especializado;
- monitoramento e tratamento de eventos de segurança.

3.2.3. Os parâmetros detalhados dos níveis de serviço, bem como os critérios de medição, controle e eventuais penalidades, serão definidos no Termo de Referência e no instrumento contratual, observadas as boas práticas de governança de TI e a criticidade da solução.

3.3. Requisitos de segurança da informação

3.3.1. A solução deverá atender às boas práticas de segurança da informação, incluindo:

- controle de acessos;
- autenticação segura;
- registro e auditoria de eventos;
- proteção contra ameaças conhecidas e emergentes.

3.3.2. Deverá permitir a identificação e resposta a incidentes de segurança, com geração de alertas, correlação de eventos e apoio à tomada de decisão pela equipe técnica do TCE-GO.

3.3.3. A contratada deverá observar políticas de segurança da informação da Administração, bem como garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados tratados.

3.4. Requisitos de sustentabilidade e boas práticas

3.4.1. A solução deverá privilegiar o uso eficiente de recursos tecnológicos, evitando desperdícios e promovendo a racionalização da infraestrutura.

3.4.2. Sempre que possível, deverão ser adotadas soluções que permitam gerenciamento remoto e redução de intervenções físicas, contribuindo para eficiência operacional.

3.4.3. A contratação deverá observar princípios de:

- eficiência;
- economicidade;
- sustentabilidade;
- segurança da informação;
- governança de TI.

4. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE (art. 18, §1º, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021):

4.1. O quantitativo estimado para a contratação foi definido com base no levantamento técnico realizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DI-TI, considerando a infraestrutura atualmente implantada no ambiente do Tribunal, a necessidade de continuidade dos serviços de segurança da informação e o histórico de utilização da solução.

4.2. Conforme consta do Documento de Formalização da Demanda, a solução de segurança de rede do TCE-GO é composta por 02 (dois) ativos do tipo firewall de próxima geração (FortiGate 1800F), bem como solução de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer), os quais compõem a camada crítica de proteção perimetral do ambiente institucional.

4.3. A estimativa de quantitativos considera, portanto, a necessidade de manutenção e continuidade da operação desses ativos, incluindo o licenciamento das funcionalidades de segurança, o suporte técnico especializado e a atualização contínua da solução.

4.4. Nesse contexto, a contratação deverá contemplar, de forma estimativa, os seguintes quantitativos:

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade |
|------|--|---------|------------|
| 1 | Suporte técnico especializado e renovação de licenciamento FortiGuard, incluindo serviços de segurança e atualização contínua, com suporte do tipo FortiCare Elite, para firewall FortiGate 1800F. | unidade | 2 |
| 2 | Suporte técnico e licenciamento da solução FortiAnalyzer, com capacidade mínima de ingestão e processamento de 20 GB de logs por dia. | unidade | 1 |

4.5. Os quantitativos definidos para a presente contratação correspondem à totalidade da solução necessária à continuidade da infraestrutura de segurança da informação atualmente implantada no Tribunal, não se tratando de contratação sob demanda, mas de escopo previamente definido e integralmente necessário ao atendimento da necessidade administrativa.

4.6. A definição dos quantitativos baseia-se na infraestrutura atualmente instalada e em operação no Tribunal, não havendo, no presente momento, previsão de expansão significativa do ambiente que justifique a ampliação dos quantitativos inicialmente estimados.

4.7. Ademais, a estimativa busca assegurar a continuidade dos serviços essenciais de segurança da informação, evitando riscos decorrentes da interrupção da proteção perimetral da rede e garantindo a adequada operação do ambiente de Data Center.

4.8. Dessa forma, os quantitativos propostos mostram-se adequados e suficientes para o atendimento da necessidade administrativa identificada, observando os princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade.

5. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO (art. 18, §1º, inciso V, da Lei n. 14.133/2021):

5.1. Para a presente contratação, foi identificado que diversas empresas podem prestar os serviços relacionados à segurança da informação e fornecer soluções compatíveis com o objeto pretendido, por se tratar de serviço comum de tecnologia da informação. O objeto é considerado comum por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Foi realizado estudo comparativo entre as soluções disponíveis no mercado e a solução atualmente adotada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás para o atendimento da necessidade identificada.

5.3. Foram identificadas contratações anteriores formalizadas pelo próprio TCE-GO para atendimento a demandas similares, destacando-se:

| Processo Administrativo | Número do Contrato | Data da Celebração |
|-------------------------|--------------------|--------------------|
| 202300047002433 | 44/2023 | 05/09/2023 |

5.4. Adicionalmente, foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, as quais evidenciam padrão recorrente de aquisição de soluções integradas de segurança da informação, compostas por firewall de próxima geração, ferramentas de análise e armazenamento de logs e serviços técnicos associados, conforme verificado em instrumentos contratuais disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

5.5. Considerando que a formatação utilizada na contratação anterior consistiu no fornecimento, instalação, configuração e suporte de solução de segurança de rede, incluindo firewall de próxima geração e ferramentas de gerenciamento e análise de eventos, entendeu-se pela necessidade de avaliação da continuidade ou substituição da solução adotada, nos termos das boas práticas de governança e das orientações do Tribunal de Contas da União.

5.6. A solução atualmente em operação caracteriza-se por elevado grau de integração entre seus componentes, especialmente no que se refere à inspeção de tráfego, prevenção de

intrusões, controle de aplicações, bem como à coleta, armazenamento, correlação e análise de eventos de segurança.

5.7. Destaca-se que a plataforma de gerenciamento de logs e eventos atua como repositório centralizado de dados de segurança, permitindo visibilidade unificada do ambiente, análise avançada de eventos e apoio à resposta a incidentes, com utilização de mecanismos de correlação e automação.

5.8. Adicionalmente, os dispositivos de firewall de próxima geração operam com arquitetura integrada de segurança, combinando múltiplas funcionalidades em um único equipamento, com elevado desempenho e capacidade de processamento de tráfego em ambientes corporativos.

5.9. Nesse contexto, a solução adotada não se limita a componentes isolados, mas constitui um ecossistema integrado de segurança da informação, o que demanda análise criteriosa quanto à sua substituição.

5.10. Nesse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas:

Solução 1 – Continuidade da solução atualmente adotada

Consiste na contratação de serviços de licenciamento, suporte técnico, atualização de segurança e manutenção dos ativos de segurança de rede atualmente em operação no ambiente do TCE-GO.

Vantagens:

- manutenção da infraestrutura tecnológica já implantada;
- continuidade das políticas de segurança e configurações existentes;
- menor impacto operacional e ausência de necessidade de migração;
- preservação dos investimentos já realizados;
- maior rapidez na implementação da solução;
- redução de riscos à continuidade dos serviços institucionais;
- manutenção da integração entre os componentes da solução de segurança.

Desvantagens:

- necessidade de manutenção da compatibilidade com a solução atualmente utilizada;
- dependência da tecnologia já adotada, mitigada pela existência de diversos fornecedores aptos a fornecer suporte e serviços compatíveis.

Solução 2 – Substituição da solução por nova tecnologia

Consiste na aquisição e implantação de nova solução de segurança da informação, com substituição integral dos ativos atualmente utilizados.

Vantagens:

- possibilidade de adoção de nova tecnologia;
- eventual modernização da infraestrutura.

Desvantagens:

- necessidade de aquisição de novos equipamentos, com custos elevados;
- necessidade de reconfiguração integral do ambiente de segurança;
- perda da integração atualmente existente entre os componentes da solução;
- custos adicionais com implantação, migração e treinamento;
- riscos operacionais durante a transição;
- possibilidade de indisponibilidade ou degradação temporária dos serviços;
- descarte prematuro de ativos ainda em plena capacidade operacional.

5.11. Considerando as alternativas analisadas, conclui-se que a continuidade da solução atualmente adotada se mostra mais adequada, pelos seguintes fundamentos:

- a. a solução atualmente implantada atende às necessidades institucionais, estando plenamente operacional e integrada ao ambiente tecnológico do Tribunal;
- b. não foram identificadas, no mercado, soluções que apresentem ganhos relevantes de eficiência, desempenho ou economicidade que justifiquem a substituição integral da infraestrutura existente;
- c. a substituição da solução implicaria custos significativamente superiores, incluindo aquisição de novos equipamentos, serviços de implantação e capacitação da equipe;
- d. a migração para nova solução envolve riscos operacionais relevantes, incluindo a necessidade de reconfiguração integral das políticas de segurança e dos mecanismos de monitoramento e correlação de eventos;
- e. a manutenção da solução atual assegura a continuidade dos serviços essenciais de segurança da informação, incluindo inspeção de tráfego, detecção e prevenção de intrusões, análise de logs e resposta a incidentes;
- f. a necessidade de compatibilidade com o ambiente existente decorre da integração entre os componentes da solução de segurança, especialmente no que se refere à coleta, análise e correlação de eventos, justificando a manutenção da solução atualmente adotada como alternativa mais vantajosa para a Administração;
- g. a realização de novo estudo aprofundado de alternativas tecnológicas não se mostra necessária, tendo em vista a aderência da solução atual às necessidades institucionais;
- h. a decisão encontra-se alinhada às boas práticas de governança de TI, que recomendam a avaliação da continuidade ou substituição de soluções tecnológicas, conforme orientação do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1685/2023 – Plenário);
- i. a substituição da solução implicaria perda das funcionalidades atualmente integradas, tais como centralização de logs, análise avançada de eventos e apoio à resposta a incidentes, demandando novo ciclo de implantação e maturação operacional.

5.12. Diante do exposto, conclui-se que a melhor solução para atendimento da demanda consiste na contratação de serviços gerenciados de segurança da informação, com manutenção e atualização da solução atualmente utilizada, por apresentar adequada aderência às

necessidades institucionais, viabilidade técnica e maior vantajosidade econômica para a Administração.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021):

6.1. A estimativa preliminar do valor da contratação foi consolidada na fase preparatória com base nas referências constantes do Orçamento Estimativo, documento próprio no qual se encontram detalhadas a metodologia adotada, as fontes consultadas, a memória de cálculo e a análise crítica dos preços obtidos, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 9.900/2021.

6.2. Conforme apurado no Orçamento Estimativo, o valor estimado da contratação é de R\$ 889.125,85 (oitocentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos), considerando o escopo atualmente definido para a renovação de licenciamento, suporte técnico especializado, atualizações de segurança e manutenção da solução de segurança da informação baseada em tecnologia Fortinet.

6.3. A diferença entre o valor inicialmente previsto no Plano de Contratações Anual/Documento de Formalização da Demanda e o valor estimado atualizado decorre do aprofundamento do planejamento da contratação, da delimitação técnica do escopo efetivamente necessário e da consolidação da pesquisa de preços realizada na fase preparatória.

6.4. Para fins de coerência entre os documentos da contratação, o valor estimado indicado neste Estudo Técnico Preliminar deverá observar o montante consolidado no Orçamento Estimativo e refletido no Termo de Referência, sem prejuízo de eventual atualização posterior, caso a pesquisa de preços seja complementada ou revista antes da publicação do edital.

6.5. Assim, a estimativa de valor constante deste ETP tem caráter instrumental para avaliação da viabilidade econômica da solução escolhida, cabendo ao Orçamento Estimativo apresentar o detalhamento analítico da formação do preço de referência da contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII, da Lei n. 14.133/2021):

7.1. A solução como um todo, por envolver aspectos correlatos à própria especificação do objeto e ao modelo de execução contratual, será melhor pormenorizada na etapa de elaboração do Termo de Referência, inexistindo, nesta fase, necessidade de detalhamento complementar.

7.2. A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza contínua, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que se destina à manutenção da segurança da infraestrutura tecnológica do Tribunal, caracterizando-se como necessidade permanente para o regular funcionamento dos sistemas institucionais.

7.3. Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global, considerando que o objeto possui escopo previamente definido, com entrega de solução integrada de serviços gerenciados de segurança da informação, cuja execução será acompanhada e fiscalizada conforme critérios a serem estabelecidos no Termo de Referência.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO ou NÃO PARCELAMENTO (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021):

8.1. A prática de parcelamento do objeto, quando tecnicamente viável, visa ampliar a competitividade e possibilitar a obtenção de propostas mais vantajosas, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

8.2. No presente caso, após análise técnica e de mercado, verificou-se que a melhor abordagem para a contratação será o **não parcelamento do objeto**, com adjudicação global, pelas seguintes razões:

a. a solução de segurança da informação objeto da contratação caracteriza-se como um **conjunto integrado de serviços e componentes tecnológicos**, envolvendo firewall de próxima geração, mecanismos de proteção avançada e plataforma de análise e correlação de eventos de segurança;

b. os componentes da solução possuem **elevado grau de interdependência funcional**, especialmente no que se refere à coleta, análise e correlação de logs, detecção de ameaças e resposta a incidentes, de modo que sua segregação pode comprometer a efetividade da solução como um todo;

c. o parcelamento da contratação poderia resultar em **fragmentação da responsabilidade técnica**, dificultando a identificação de causas de falhas, a atuação em incidentes de segurança e a responsabilização dos fornecedores;

d. a contratação de múltiplos fornecedores para componentes interdependentes da solução implicaria **riscos operacionais relevantes**, incluindo conflitos de responsabilidade, aumento do tempo de resposta a incidentes e potencial indisponibilidade dos serviços;

e. a gestão contratual seria significativamente mais complexa em caso de parcelamento, com aumento dos custos administrativos relacionados à fiscalização e ao acompanhamento de múltiplos contratos;

f. a adjudicação global permite **ganho de eficiência e economia de escala**, além de simplificar a gestão e fiscalização contratual, sem prejuízo da competitividade, uma vez que o mercado dispõe de empresas aptas a fornecer a solução de forma integrada;

g. a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos evidencia que soluções dessa natureza são usualmente contratadas de forma integrada, contemplando, em um único objeto, os serviços e componentes de segurança da informação ;

h. a despeito de eventual viabilidade econômica do parcelamento em tese, sua adoção não se mostra adequada do ponto de vista técnico, por comprometer a integração e o desempenho da solução;

i. o não parcelamento do objeto não restringe a competitividade do certame, tendo em vista a existência de fornecedores no mercado capazes de atender integralmente à demanda.

8.3. Não se aplica, no presente caso, a destinação exclusiva de itens ou a reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº

123/2006, tendo em vista que a contratação será realizada em lote único, indivisível, cuja fragmentação não se mostra técnica ou economicamente viável, podendo o tratamento diferenciado representar prejuízo ao conjunto da solução.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, inciso IX, da Lei n. 14.133/2021):

9.1. A presente contratação pretende a aquisição de solução que atenda à necessidade administrativa identificada, observando os requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, de modo a viabilizar a formalização de contrato que assegure a economicidade, eficácia, eficiência e o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

9.2. Ademais, a contratação visa alcançar os seguintes resultados:

a. assegurar a continuidade dos serviços de segurança da informação no âmbito do Tribunal, evitando descontinuidade decorrente do encerramento do contrato vigente;

b. garantir a proteção da infraestrutura tecnológica institucional contra ameaças cibernéticas, por meio de mecanismos atualizados de prevenção, detecção e resposta a incidentes;

c. manter a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações institucionais;

d. possibilitar o monitoramento contínuo do ambiente de rede, com análise de eventos e apoio à gestão de incidentes de segurança;

e. reduzir riscos operacionais relacionados à indisponibilidade de sistemas e à ocorrência de incidentes de segurança;

f. assegurar maior eficiência na gestão da segurança da informação, com solução integrada e suporte técnico especializado.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X, da Lei n. 14.133/2021):

10.1. Não são necessárias providências prévias de natureza estrutural ou operacional à celebração do contrato, ressalvada a designação de gestor e fiscal contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS (art. 18, §1º, inciso XI, da Lei n. 14.133/2021):

11.1. Não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, inciso XII, da Lei n. 14.133/2021):

12.1. A contratação pretendida não apresenta impactos ambientais relevantes, tendo em vista que se refere, predominantemente, ao fornecimento de serviços gerenciados de segurança da informação e licenciamento de software, sem implicar, de forma significativa, em consumo adicional de recursos naturais ou geração de resíduos.

13. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021):

13.1. A contratação pretendida mostra-se adequada à necessidade administrativa identificada, tendo em vista que a solução proposta atende aos requisitos técnicos necessários à proteção da infraestrutura tecnológica e à continuidade dos serviços institucionais.

13.2. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação, por atender aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

14. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

14.1. Conforme o inciso I, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Licardino Siqueira Pires;
- Integrante técnico: Licardino Siqueira Pires; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 17 de junho de 2026.

LICARDINO SIQUEIRA PIRES
DIRETOR DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO II

MAPA DE RISCOS

Dados do Processo:

Objeto: Contratação de serviços gerenciados de segurança da informação.

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A identificação dos riscos apresentados neste documento considerou apenas aqueles que possuem relevância prática e potencial impacto sobre o objeto da contratação. Em observância às boas práticas de gestão de riscos e ao princípio da materialidade, foram registrados exclusivamente os riscos plausíveis, com possibilidade real de ocorrência e que exigem medidas preventivas e/ou de contingência. A inclusão de riscos irrelevantes ou hipotéticos foi evitada, de modo a garantir clareza, objetividade e foco na efetiva gestão da contratação.

| | | | |
|--|---|--------------------------------|---|
| Risco 01: | Especificação inadequada do objeto | | |
| Categoria: | Técnico | | |
| Risco 01: | | | |
| Probabilidade: | <input checked="" type="checkbox"/> Baixa | <input type="checkbox"/> Média | <input type="checkbox"/> Alta |
| Impacto: | <input type="checkbox"/> Baixo | <input type="checkbox"/> Médio | <input checked="" type="checkbox"/> Alto |
| Criticidade: | <input type="checkbox"/> Baixa | <input type="checkbox"/> Média | <input checked="" type="checkbox"/> Alta |
| Dano(s): Contratação de solução incompatível com a infraestrutura existente ou que não atenda aos requisitos de segurança da informação. | | | |
| Ação(ões) Preventiva(s): Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência com definição clara dos requisitos técnicos, validação pela Diretoria de Tecnologia da Informação e previsão de compatibilidade com o ambiente existente. | | | Responsável: Diretoria de Administração/Diretoria de TI |
| Prazo: Antes da publicação do instrumento convocatório. | | | |

| | |
|--|---|
| Ação(ões) de Contingência: Realização de ajustes contratuais dentro dos limites legais ou, em caso de inadequação relevante, aplicação de sanções cabíveis. | Responsável: Gestor e Fiscal do Contrato |
|--|---|

| | |
|--|--|
| Risco 02: | Estimativa de preços inadequada |
| Categoria: | Financeiro |
| Probabilidade: | <input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta |
| Impacto: | <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto |
| Criticidade: | <input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta |
| Dano(s): Sobrepreço ou contratação por valor inexecutável. | |
| Ação(ões) Preventiva(s): Realização de pesquisa de preços com múltiplas fontes, incluindo dados do PNCP, contratações similares e cotações com fornecedores, com validação da estimativa. | Responsável: Diretoria de Administração |
| Prazo: Antes da contratação. | |
| Ação(ões) de Contingência: Revisão da pesquisa de preços e reavaliação da vantajosidade da contratação. | Responsável: Diretoria de Administração |

| | |
|---|--|
| Risco 03: | Descontinuidade dos serviços de segurança |
| Categoria: | Operacional |
| Probabilidade: | <input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta |
| Impacto: | <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto |
| Criticidade: | <input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta |
| Dano(s): Interrupção da proteção da rede institucional, expondo o ambiente a riscos cibernéticos. | |
| Ação(ões) Preventiva(s): Planejamento antecipado da contratação, com acompanhamento da vigência contratual e definição de cronograma adequado para | Responsável: Diretoria de TI |



| | |
|---|---|
| evitar descontinuidade. | |
| Prazo: Fase de planejamento. | |
| Ação(ões) de Contingência: Adoção de medidas emergenciais para garantir a continuidade dos serviços, inclusive com priorização da contratação. | Responsável: Diretoria de Administração / TI |

| | |
|---|--|
| Risco 05: | Falhas de integração entre componentes da solução |
| Categoria: | Tecnológico |
| Probabilidade: | <input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta |
| Impacto: | <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto |
| Criticidade: | <input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta |
| Dano(s): Comprometimento da correlação de eventos e da eficácia da solução de segurança. | |
| Ação(ões) preventiva(s): Previsão de requisitos de compatibilidade técnica e realização de testes e validações da solução no ambiente institucional. | Responsável: Diretoria de TI |
| Prazo: Fase de planejamento e execução | |
| Ação(ões) de Contingência: Ajustes técnicos na solução e acionamento do suporte especializado da contratada. | Responsável: Gestor do Contrato |

| | |
|---|--|
| Risco 06: | Dependência tecnológica excessiva |
| Categoria: | Estratégico |
| Probabilidade: | <input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta |
| Impacto: | <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto |
| Criticidade: | <input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta |
| Dano(s): Dificuldade de migração futura ou restrição de competitividade. | |



| | |
|--|-------------------------------------|
| Ação(ões) preventiva(s): Definição de requisitos com base em desempenho e interoperabilidade, evitando restrições tecnológicas indevidas. | Responsável: Diretoria de TI |
| Prazo: Fase de planejamento | |
| Ação(ões) de Contingência: Reavaliação da estratégia tecnológica em futuras contratações. | Responsável: Diretoria de TI |

| | | | | |
|--|--|---------------------------------------|--|---------------------------------|
| Risco 07: | | Incidentes de segurança da informação | | |
| Categoria: | | Tecnológico / Segurança | | |
| <div>Probabilidade:</div> <div><div><input type="checkbox"/> Baixa</div><div><input checked="" type="checkbox"/> Média</div><div><input type="checkbox"/> Alta</div></div> | | | | |
| <div>Impacto:</div> <div><div><input type="checkbox"/> Baixo</div><div><input type="checkbox"/> Médio</div><div><input checked="" type="checkbox"/> Alto</div></div> | | | | |
| <div>Criticidade:</div> <div><div><input type="checkbox"/> Baixa</div><div><input type="checkbox"/> Média</div><div><input checked="" type="checkbox"/> Alta</div></div> | | | | |
| Dano(s): Vazamento de dados, indisponibilidade de sistemas ou comprometimento da integridade das informações. | | | | |
| Ação(ões) preventiva(s): Monitoramento contínuo da solução, aplicação de atualizações de segurança e observância das políticas institucionais de segurança da informação. | | | | Responsável: Diretoria de TI |
| Prazo: Fase de planejamento da contratação | | | | |
| Ação(ões) de Contingência: Adoção de procedimentos de resposta a incidentes e acionamento imediato do suporte técnico especializado. | | | | Responsável: Gestor do Contrato |

| | | | |
|---|--|---|--|
| Risco 08: | Descumprimento de requisitos de proteção de dados (LGPD) | | |
| Categoria: | Jurídico / Tecnológico | | |
| Probabilidade: | <input checked="" type="checkbox"/> Baixa | <input type="checkbox"/> Média | <input type="checkbox"/> Alta |
| Impacto: | <input type="checkbox"/> Baixo | <input type="checkbox"/> Médio | <input checked="" type="checkbox"/> Alto |
| Criticidade: | <input type="checkbox"/> Baixa | <input checked="" type="checkbox"/> Média | <input type="checkbox"/> Alta |
| Dano(s): Responsabilização institucional por tratamento inadequado de dados. | | | |

| | | |
|--|--|---|
| Ação(ões) preventiva(s): Previsão contratual de conformidade com a LGPD, com exigência de políticas de segurança da informação e proteção de dados pela contratada. | | Responsável: Diretoria de Administração / TI |
| Prazo: Fase de planejamento da contratação | | |
| Ação(ões) de Contingência: Notificação da contratada e aplicação das penalidades previstas em contrato. | | Responsável: Gestor do Contrato |

IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Conforme o inciso I, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Licardino Siqueira Pires;
- Integrante técnico: Licardino Siqueira Pires; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 16 de abril de 2026.

LICARDINO SIQUEIRA PIRES
DIRETOR DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a', da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de segurança da informação, compreendendo a renovação de licenciamento, suporte técnico especializado (24x7), atualização de assinaturas de segurança (FortiGuard) e manutenção da solução de firewall baseada em tecnologia Fortinet, incluindo solução de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, assegurando a continuidade da solução de segurança da informação atualmente implantada no ambiente do TCE-GO.

Tabela – Itens da contratação

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1 | Suporte técnico especializado e renovação de licenciamento FortiGuard, incluindo serviços de segurança e atualização contínua, com suporte do tipo FortiCare Elite, para firewall FortiGate 1800F. | unidade | 2 |
| 2 | Suporte técnico e licenciamento da solução FortiAnalyzer, com capacidade mínima de ingestão e processamento de 20 GB de logs por dia. | unidade | 1 |

*****O valor estimado da contratação corresponde ao montante de R\$ 889.125,85 (oitocentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme detalhamento constante do Orçamento Estimativo juntado aos autos como documento próprio da fase preparatória.***

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. A contratação é caracterizada como de natureza continuada, tendo em vista que se destina à manutenção permanente da infraestrutura de segurança da informação do Tribunal, sendo

indispensável para a proteção da rede institucional, a continuidade dos serviços de tecnologia da informação e o adequado funcionamento dos sistemas corporativos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DI-TI, o qual evidenciou a necessidade da Administração de prover o Tribunal com solução de serviços gerenciados de segurança da informação, visando à proteção da infraestrutura tecnológica, à continuidade dos serviços institucionais e à mitigação de riscos cibernéticos.

2.2. Conforme demonstrado no ETP, a contratação decorre da necessidade de manutenção da solução de segurança atualmente implantada, composta por equipamentos FortiGate 1800F e sistema de análise de logs (FortiAnalyzer), cujo suporte e licenciamento encontram-se próximos do término de vigência, sendo imprescindível sua renovação para evitar descontinuidade dos serviços e exposição a vulnerabilidades.

2.2.1. A solução atualmente em uso decorre do Contrato nº 44/2023, cujo objeto contemplou o fornecimento, instalação e configuração de firewall, bem como solução de gerenciamento de dispositivo de rede, para segurança de dados em ambiente de Data Center, pelo período de 36 (trinta e seis) meses. Assim, a presente contratação não se destina à implantação de nova arquitetura tecnológica, mas à continuidade da solução já instalada, mediante renovação de licenciamento, suporte técnico especializado, atualização de assinaturas de segurança e manutenção dos serviços necessários ao seu funcionamento.

2.3. O estudo técnico apontou que a solução mais vantajosa para a Administração consiste na continuidade da solução tecnológica adotada, mediante renovação de licenciamento e suporte técnico especializado, tendo em vista a compatibilidade com a infraestrutura existente, a mitigação de riscos operacionais e a economicidade decorrente do aproveitamento do ambiente já implantado.

2.4. Os quantitativos definidos para a contratação decorrem da atual configuração do ambiente tecnológico do Tribunal, que compreende 02 (duas) unidades de firewall em alta disponibilidade (HA) e 01 (uma) solução de gerenciamento de logs, sendo tais elementos indispensáveis para assegurar a segurança da rede institucional.

3. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021)

3.1. A presente contratação tem por finalidade garantir a continuidade, o desempenho e a segurança da infraestrutura de tecnologia da informação do Tribunal, assegurando a proteção da rede institucional, a mitigação de riscos cibernéticos e a conformidade com os requisitos técnicos e legais aplicáveis.

3.2. A solução abrange a prestação de serviços gerenciados de segurança da informação, compreendendo a renovação de licenciamento, suporte técnico especializado do tipo FortiCare

Elite, atualização contínua das bases de segurança e manutenção da solução de firewall e de análise de logs, durante todo o período de vigência contratual.

3.3. Inclui-se no escopo da contratação o fornecimento de todas as licenças, assinaturas, atualizações e demais componentes necessários ao pleno funcionamento da solução, garantindo a sua operacionalidade, integridade e desempenho.

3.4. A solução contempla a manutenção da arquitetura atualmente implantada no Tribunal, oriunda do Contrato nº 44/2023, incluindo os ativos de firewall FortiGate 1800F em alta disponibilidade (HA) e a solução de gerenciamento e análise de logs FortiAnalyzer, assegurando a continuidade operacional, a compatibilidade técnica, a preservação das configurações de segurança existentes e o aproveitamento dos investimentos já realizados pela Administração.

3.5. A contratada deverá prestar suporte técnico especializado, com atendimento remoto e, quando necessário, presencial, abrangendo a resolução de incidentes, aplicação de atualizações, ajustes de configuração e demais atividades necessárias à adequada operação da solução.

3.6. Durante a vigência contratual, a contratada será responsável pela atualização contínua das assinaturas de segurança, correções e melhorias disponibilizadas pelo fabricante, garantindo a proteção do ambiente contra ameaças emergentes.

3.7. A solução deverá observar as normas e boas práticas de segurança da informação, bem como os requisitos de sustentabilidade aplicáveis, especialmente no que se refere ao uso eficiente de recursos tecnológicos e à redução de impactos ambientais indiretos.

3.8. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua e ininterrupta, assegurando a disponibilidade da solução e o atendimento às necessidades institucionais durante todo o período contratual.

3.9. Deverão ser observadas as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

3.10. No que couber, deverão ser observadas as diretrizes da Resolução Administrativa nº 25/2024, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd', da Lei n. 14.133/2021)

4.1. A presente contratação visa garantir que a solução a ser fornecida atenda integralmente às necessidades da Administração, devendo observar, no mínimo, os seguintes requisitos:

a) fornecimento de licenciamento, suporte técnico especializado e atualização contínua das bases de segurança para solução de firewall de próxima geração (NGFW), compatível com o ambiente tecnológico do Tribunal;

- b) compatibilidade com a infraestrutura existente, composta por equipamentos Fortinet FortiGate 1800F e solução FortiAnalyzer, de modo a assegurar plena interoperabilidade, desempenho e continuidade operacional da solução atualmente implantada;
- c) suporte técnico especializado, em regime 24x7, para atendimento de incidentes, falhas, dúvidas operacionais e ajustes de configuração;
- d) atualização contínua das assinaturas de segurança, incluindo serviços de proteção contra ameaças, prevenção de intrusões, controle de aplicações e filtragem de conteúdo;
- e) manutenção da arquitetura em alta disponibilidade (HA), garantindo redundância e continuidade operacional;
- f) garantia de integração entre os componentes da solução, especialmente no que se refere à coleta, armazenamento e análise de logs de segurança;
- g) prestação dos serviços de forma contínua, assegurando a disponibilidade da solução durante toda a vigência contratual;
- h) observância às normas e boas práticas de segurança da informação aplicáveis à Administração Pública;
- i) fornecimento de suporte técnico com capacidade de atuação remota e, quando necessário, presencial, para solução de incidentes críticos;
- j) garantia de continuidade operacional da solução atualmente implantada, com manutenção da arquitetura existente e das políticas de segurança configuradas.

4.2. Considerando que a presente contratação se refere à renovação de licenciamento, suporte técnico especializado, atualização de assinaturas de segurança e manutenção de solução de segurança da informação já implantada no ambiente tecnológico do Tribunal, oriunda do Contrato nº 44/2023, a referência à tecnologia Fortinet decorre da necessidade de manutenção da compatibilidade com a infraestrutura existente, composta por 02 (duas) unidades FortiGate 1800F e solução FortiAnalyzer.

4.2.1. A indicação da tecnologia e dos modelos atualmente utilizados não tem por finalidade restringir indevidamente a competitividade, mas assegurar a continuidade operacional, a preservação dos investimentos já realizados, a manutenção das políticas de segurança configuradas e a interoperabilidade com a arquitetura tecnológica em produção.

4.2.2. A contratação deverá ser atendida por empresa autorizada, credenciada ou apta a comercializar e prestar suporte à solução objeto da contratação, diretamente ou por intermédio do fabricante, quando necessário, devendo ser comprovada a capacidade de fornecimento, ativação e suporte dos serviços contratados.

4.2.3. A admissão de solução diversa somente seria tecnicamente viável mediante substituição integral da arquitetura atualmente implantada, hipótese que não integra o escopo da presente contratação, conforme justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto.

4.3.2. Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente quando necessária à viabilização de serviços prestados diretamente pelo fabricante da solução ou por canal autorizado, inclusive para suporte avançado, garantia, atualização, ativação de licenças, substituição de componentes, quando aplicável, e demais serviços vinculados à política oficial do fabricante.

4.3.3. A subcontratação parcial, quando ocorrer, não afastará a responsabilidade integral da CONTRATADA perante o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos, níveis de serviço, garantias, obrigações contratuais, deveres de confidencialidade e eventuais sanções administrativas.

4.3.4. A CONTRATADA deverá informar à fiscalização contratual, sempre que solicitado, a participação do fabricante ou de terceiros autorizados na execução dos serviços, sem prejuízo da manutenção da responsabilidade direta e integral da CONTRATADA pela execução do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e', da Lei n. 14.133/2021)

5.1. A execução do objeto terá início após a assinatura do contrato, a ser encaminhado em meio eletrônico, devendo a CONTRATADA disponibilizar os serviços contratados em prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do seu recebimento.

5.2. Os serviços serão prestados de forma contínua, durante toda a vigência contratual, com execução permanente da solução de segurança da informação, não se tratando de fornecimento sob demanda, mas de manutenção contínua da infraestrutura tecnológica.

5.3. A prestação dos serviços deverá ocorrer no ambiente tecnológico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, podendo ser realizada de forma remota e, quando necessário, presencial, na sede administrativa localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO.

5.4. Eventuais despesas com deslocamento de técnicos, bem como custos relacionados à execução dos serviços, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

5.5. CONDIÇÕES DE SUPORTE TÉCNICO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.5.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico especializado em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, no nível FortiCare Elite, contemplando

atendimento avançado do fabricante, substituição de hardware conforme política do fabricante e acesso a atualizações críticas de segurança.

5.5.2. O suporte técnico deverá contemplar, no mínimo, atendimento remoto para diagnóstico e resolução de incidentes, abertura e acompanhamento de chamados técnicos, aplicação de atualizações e apoio à operação da solução.

5.5.3. A CONTRATADA deverá garantir a atualização contínua das assinaturas de segurança, bem como a aplicação de correções e melhorias disponibilizadas pelo fabricante.

5.5.4. Os serviços deverão assegurar a manutenção da arquitetura em alta disponibilidade (HA), garantindo a continuidade operacional da solução.

5.5.5. O atendimento às demandas deverá ocorrer mediante abertura de chamados técnicos, com registro, acompanhamento e rastreabilidade.

5.6. SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA

5.6.1. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA será responsável pela manutenção da solução, incluindo correção de falhas, atualização de sistemas e suporte técnico especializado.

5.6.2. O suporte deverá abranger a resolução de incidentes, ajustes de configuração, atualização de versões e demais atividades necessárias à plena operação da solução.

5.6.3. A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento da solução durante toda a vigência contratual, mantendo-a atualizada e protegida contra vulnerabilidades.

5.7. GARANTIA CONTRATUAL

5.7.1. Não será exigida garantia contratual para a presente contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5.7.2. A não exigência de garantia justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços continuados de tecnologia da informação, com baixo risco de inadimplemento material e sem fornecimento de bens de elevado valor agregado que justifiquem a retenção de garantia.

5.7.3. Ademais, a execução contratual será acompanhada por gestor e fiscal designados, com monitoramento contínuo da prestação dos serviços, verificação do cumprimento dos níveis de serviço (SLA) e aplicação de penalidades administrativas em caso de descumprimento, mecanismos considerados suficientes para mitigar os riscos da contratação.

5.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.8.1. Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, nos prazos e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando qualidade técnica e observância às normas aplicáveis.

5.8.2. Prestar suporte técnico especializado, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, garantindo a continuidade e a disponibilidade da solução.

5.8.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

5.8.4. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

5.8.5. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.8.6. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem falhas, vícios ou incorreções, conforme determinação da fiscalização.

5.8.7. Atender às determinações do gestor e do fiscal do contrato, prestando os esclarecimentos e informações solicitados.

5.8.8. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou a segurança da informação.

5.8.9. Executar os serviços observando as políticas, normas e procedimentos de segurança da informação do Tribunal.

5.8.10. Garantir a atualização contínua das assinaturas de segurança, versões e correções da solução, mantendo-a protegida contra vulnerabilidades.

5.8.11. Não transferir a terceiros a responsabilidade pela execução contratual, sendo admitida a subcontratação parcial exclusivamente para viabilizar a prestação de serviços diretamente pelo fabricante da solução, nos termos do item 4.3 deste Termo de Referência, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais.

5.8.12. Planejar, executar e manter os serviços de acordo com os níveis de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência.

5.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.9.1. Fornecer todas as informações, acessos e condições necessárias à plena execução do contrato.

5.9.2. Efetuar o pagamento devido, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observadas as condições contratuais.

5.9.3. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhamento da execução.

5.9.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos, registrando eventuais ocorrências e determinando as correções necessárias.

5.9.5. Notificar a CONTRATADA sobre falhas ou irregularidades na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

5.9.6. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às instalações e aos sistemas, quando necessário à execução dos serviços.

5.9.7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.9.8. Aplicar as sanções previstas e adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

5.9.9. Não se responsabilizar por despesas realizadas pela CONTRATADA sem prévia autorização.

6. NÍVEIS DE SERVIÇO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e', da Lei n. 14.133/2021)

6.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços observando níveis mínimos de qualidade e desempenho, conforme os indicadores estabelecidos neste item.

6.1.2. O descumprimento dos níveis de serviço poderá ensejar a aplicação de penalidades administrativas ou outras medidas previstas no contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3. Os serviços deverão ser prestados em regime de atendimento contínuo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

6.2. CLASSIFICAÇÃO DE INCIDENTES

6.2.1. Os chamados técnicos serão classificados conforme o grau de severidade:

| Nível | Classificação | Descrição |
|-------|---------------|--|
| N1 | Crítico | Indisponibilidade total da solução ou comprometimento grave da segurança |
| N2 | Alto | Degradação significativa de desempenho ou falha relevante |
| N3 | Médio | Falha parcial sem impacto crítico |

| | | |
|----|-------|----------------------------------|
| N4 | Baixo | Dúvidas, solicitações ou ajustes |
|----|-------|----------------------------------|

6.3. PRAZOS DE ATENDIMENTO E RESOLUÇÃO

6.3.1. A CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos:

| Nível | Tempo de Resposta | Tempo de Solução |
|-------|-------------------|------------------|
| N1 | até 1 hora | até 4 horas |
| N2 | até 2 horas | até 8 horas |
| N3 | até 4 horas | até 24 horas |
| N4 | até 8 horas | até 48 horas |

6.4. DISPONIBILIDADE DA SOLUÇÃO

6.4.1. A solução deverá apresentar disponibilidade mínima mensal de **99,5%**.

6.4.2. Para fins de cálculo da disponibilidade, serão consideradas indisponibilidades não programadas da solução.

6.4.3. Não serão computadas como indisponibilidade:

- manutenções programadas previamente autorizadas;
- indisponibilidades decorrentes de falhas na infraestrutura da CONTRATANTE, desde que não relacionadas à solução contratada.

6.5. GESTÃO DE CHAMADOS

6.5.1. Todos os atendimentos deverão ser registrados em sistema de chamados, garantindo rastreabilidade e controle.

6.5.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios mensais contendo, no mínimo:

- quantidade de chamados por nível;
- tempos de atendimento e resolução;
- incidentes críticos ocorridos;
- medidas corretivas adotadas.

6.6. PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO

6.6.1. O não cumprimento dos níveis de serviço poderá ensejar a aplicação de penalidades administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.6.2. O descumprimento reiterado dos níveis de serviço poderá caracterizar inexecução parcial do contrato, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021)

7.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão, respectivamente, aos servidores Licardino Siqueira Pires e Leandro dos Santos, designados no artigo 13, inciso IX, da Portaria n. 729/2025 do TCE-GO.

7.2. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

7.3. As comunicações entre CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, as quais devem ser anexadas ao processo de contratação.

7.4. O fiscal do contrato acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços de segurança da informação, cabendo-lhe:

I - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;

II - informar a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

III - comunicar, por meio de notificações e relatórios, as ocorrências e fazer as determinações necessárias à perfeita execução contratual;

IV - proceder às medições dos serviços executados, aprovando os registros apresentados pela CONTRATADA;

V - adotar medidas preventivas de controle do contrato;

VI - avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, verificando sua conformidade com as especificações técnicas e níveis de serviço estabelecidos;

VII - exigir o cumprimento das normas técnicas, legais e de segurança da informação aplicáveis;

VIII - realizar o recebimento do objeto contratado, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

IX - propor, quando for o caso, a aplicação de sanções;

X - verificar a compatibilidade da qualidade dos serviços prestados com o objeto contratado.

7.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor e do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao Secretário de Administração do TCE-GO, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.6. Além do acompanhamento e da fiscalização da execução do objeto, o fiscal poderá recusar o recebimento dos serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato (art. 120 da Lei n. 14.133/2021).

7.8. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para o TCE-GO.

7.9. Sempre que necessário, a Administração poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que demandem atuação imediata ou esclarecimentos técnicos relacionados à execução do contrato.

7.10. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial entre as partes, com o objetivo de alinhar o modelo de execução e de gestão contratual, incluindo apresentação do plano de execução, definição de fluxos de comunicação, mecanismos de fiscalização, critérios de aferição de desempenho e demais aspectos relevantes à adequada execução do objeto.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei n. 14.133/2021)

8.1. Para fins de medição e pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar a efetiva disponibilização, ativação e regular funcionamento das licenças, assinaturas de segurança, suporte técnico especializado e demais serviços contratados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. A comprovação da execução do objeto deverá ser realizada mediante apresentação, no mínimo, dos seguintes documentos ou evidências:

- a) comprovação de ativação ou renovação das licenças e assinaturas junto ao fabricante;
- b) comprovação da vigência do suporte técnico contratado;
- c) comprovação da vinculação dos serviços aos ativos FortiGate 1800F e à solução FortiAnalyzer do TCE-GO;
- d) declaração, certificado, relatório ou documento equivalente emitido pela CONTRATADA, fabricante ou canal autorizado, demonstrando a regular disponibilização dos serviços;
- e) Nota Fiscal/Fatura correspondente ao objeto executado.

8.3. O recebimento do objeto será realizado nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

8.3.1. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante verificação inicial da documentação apresentada, da ativação das licenças, da vigência do suporte contratado e da disponibilidade da solução.

8.3.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato ou comissão designada, após validação da conformidade do objeto com as especificações constantes deste Termo de Referência, inclusive quanto ao pleno funcionamento da solução e à comprovação da disponibilidade dos serviços contratados.

8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, hipótese em que a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias no prazo fixado pela fiscalização.

8.5. Constatadas irregularidades na execução do objeto, o pagamento ficará suspenso até a respectiva regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, nem pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

8.7. Em caso de conformidade, o fiscal do contrato emitirá o atesto da execução, autorizando o prosseguimento dos trâmites para pagamento.

8.8. O pagamento será efetuado em parcela única, em até 30 (trinta) dias corridos, contados do atesto da Nota Fiscal/Fatura e do recebimento definitivo do objeto.

8.9. O pagamento estará condicionado:

- a) à comprovação da ativação das licenças, assinaturas e serviços contratados;
- b) ao recebimento definitivo do objeto;
- c) ao atesto da execução pelo fiscal do contrato;
- d) à apresentação da documentação fiscal regular;
- e) à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

8.10. Considerando que o pagamento será realizado em parcela única, eventual descumprimento posterior dos níveis de serviço durante a vigência contratual não ensejará glosa automática de parcelas futuras, mas poderá acarretar a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, sem prejuízo da adoção das medidas necessárias à regularização da execução contratual.



8.10.1. A apuração de eventual descumprimento dos níveis de serviço considerará a gravidade da ocorrência, a reincidência, o impacto no ambiente tecnológico do Tribunal e o tempo de indisponibilidade ou degradação da solução.

8.10.2. O descumprimento dos níveis de serviço poderá ensejar, observado o devido processo administrativo, a aplicação de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade, extinção contratual ou outras medidas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Lei Estadual nº 13.800/2001, na Resolução Administrativa nº 12/2025 do TCE-GO e no instrumento contratual.

8.10.3. As penalidades decorrentes de descumprimento contratual deverão observar a proporcionalidade, a razoabilidade, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

8.10.4. As penalidades por descumprimento dos níveis de serviço deverão guardar simetria com as sanções e percentuais previstos no edital e no contrato.

8.11. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, calculados proporcionalmente aos dias de atraso.

8.12. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:
EM = I x N x VP, onde:

- EM = Encargos moratórios devidos;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438;
- VP = Valor da prestação em atraso.

8.13. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária, em instituição financeira indicada na Nota Fiscal, devendo constar o nome do banco, agência e número da conta corrente para crédito.

8.14. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

8.15. Qualquer erro ou omissão na documentação fiscal implicará sua devolução à CONTRATADA para correção, ficando suspenso o prazo para pagamento até a regularização.

8.16. Quando do pagamento, será verificada a regularidade da CONTRATADA quanto à documentação fiscal, trabalhista e previdenciária exigida, mediante consulta aos sistemas oficiais.

8.17. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei n. 14.133/2021)

9.1. FORMA DE SELEÇÃO

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global justifica-se pela necessidade de contratação de solução integrada, composta por licenciamento, suporte técnico e manutenção, cuja execução demanda unidade de responsabilidade e plena compatibilidade entre os componentes.

9.1.3. Será adotado o modo de disputa aberto, por se tratar de objeto comum, com ampla oferta no mercado, inclusive por meio de revendedores e parceiros autorizados do fabricante, permitindo maior competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

9.2.1. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação não apresenta complexidade técnica ou vulto que justifique a formação de consórcio, sendo plenamente possível a execução por empresa individualmente considerada.

9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.3.1.1. Para fins de comprovação, os atestados deverão demonstrar que a licitante executou serviço compatível com o objeto da contratação, envolvendo suporte técnico, licenciamento ou manutenção de solução de segurança da informação baseada em tecnologia do mesmo fabricante da solução ofertada ou equivalente.

9.3.1.2. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que os requisitos mínimos previstos no subitem anterior sejam integralmente demonstrados.

9.3.1.3. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial da licitante.

9.3.1.4. A Administração poderá diligenciar para verificar a veracidade das informações constantes dos atestados apresentados.

9.3.2. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O FABRICANTE

9.3.2.1. Para fins de comprovação da regularidade técnica do fornecimento, a licitante deverá apresentar documento emitido pelo fabricante Fortinet que comprove sua condição de parceira, revendedora autorizada ou integradora certificada, válido na data da licitação.

9.3.2.2. Serão aceitos certificados ou declarações emitidas pelo fabricante que comprovem a condição da licitante como parceira, revendedora autorizada ou integradora certificada, desde que válidos na data da licitação.

9.3.3. JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA

9.3.3.1. A exigência de comprovação de aptidão técnica e de vínculo formal com o fabricante justifica-se em razão da criticidade do objeto, que envolve a segurança da infraestrutura de tecnologia da informação do Tribunal, bem como pela necessidade de assegurar fornecimento regular, suporte técnico qualificado, atualização contínua da solução e acesso aos canais oficiais do fabricante.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1. Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a apresentação de:

9.4.1.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

9.4.1.1.1. A boa situação financeira da licitante será avaliada por meio dos seguintes índices:

- I. **Índice de Liquidez Geral (LG) $\geq 1,0$**
- II. **Índice de Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,0$**

9.4.1.1.2. Caso a licitante apresente resultado inferior a 1,0 (um) em qualquer dos índices, poderá comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de patrimônio líquido mínimo correspondente a até **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

9.4.1.1.3. Os documentos referidos neste item limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.4.1.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.5. HABILITAÇÕES JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.5.1. Nos moldes do art. 66, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA será exigido, cujos documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:



- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971; e

9.5.2. Nos moldes do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será exigido:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás (art. 88, da Lei estadual nº 17.928/2012);
- h) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.6. VISITA TÉCNICA

9.6.1. É facultada às licitantes a realização de visita técnica nas dependências da CONTRATANTE, com a finalidade de propiciar o pleno conhecimento das condições necessárias à execução do objeto.

9.6.2. A visita técnica é facultativa, sendo de responsabilidade da licitante a avaliação das condições locais, não podendo alegar desconhecimento para fins de descumprimento das obrigações contratuais.

9.6.3. Fica a critério das licitantes realizar visita ao local onde serão executados os serviços, nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, situado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO.

9.6.4. As visitas destinam-se a propiciar às empresas interessadas o conhecimento das condições do ambiente tecnológico, da infraestrutura existente e das particularidades inerentes à execução dos serviços.

9.6.5. O agendamento da visita técnica deverá ser previamente efetuado por meio de solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: **informatica@tce.go.gov.br**, devendo constar no campo “assunto” a identificação: “*Visita Técnica – Serviços de Segurança da Informação – TCE-GO*”.

9.6.6. A visita técnica deverá ser realizada por profissional qualificado da licitante, devidamente identificado e munido de documento que comprove sua vinculação à empresa.

9.6.7. No dia e hora previamente agendados, a visita será acompanhada por servidor designado pela CONTRATANTE, com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca das condições de execução do objeto.

9.6.8. A CONTRATANTE poderá emitir declaração de realização de visita técnica, que deverá ser assinada por representante da Administração.

9.6.9. A visita técnica deverá ser agendada com antecedência mínima de **01 (um) dia útil** e poderá ser realizada até **02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização do certame**.

9.6.10. A não realização da visita técnica não impedirá a participação da licitante no certame, nem poderá ser utilizada como justificativa para o descumprimento das obrigações contratuais.

9.7. AMOSTRA

9.7.1. Não será exigida apresentação de amostra, considerando que o objeto consiste em serviços e licenciamento, cujas especificações podem ser avaliadas documentalmente.

9.8. GARANTIA DA PROPOSTA

9.8.1. Não será exigida garantia de proposta, tendo em vista a natureza do objeto e a adoção do pregão eletrônico, que já assegura a competitividade e a seriedade das propostas apresentadas.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei n. 14.133/2021)

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 889.125,85 (oitocentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme detalhamento constante do Orçamento Estimativo juntado aos autos.

10.1.1. Não serão aceitas propostas cujos custos unitários e global sejam superiores aos valores estimados pela Administração.

10.1.2. Nos custos apresentados pelas licitantes deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à plena execução do objeto, tais como:

- fornecimento de licenciamento;
- suporte técnico especializado em regime 24x7;
- atualizações de segurança (FortiGuard);
- manutenção da solução;
- encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- demais custos diretos e indiretos relacionados à execução contratual.

10.1.3. Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado, não sendo admitida a adjudicação por valores superiores aos estimados.

10.2. O Orçamento Estimativo foi elaborado na fase preparatória da presente contratação, com data-base definida no referido documento, observando-se o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 9.900/2021, podendo ser atualizado caso a pesquisa de preços seja complementada ou revista antes da publicação do edital.

10.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

10.4. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante a aplicação do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI**, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.4.1. A adoção do ICTI justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços continuados de segurança da informação, com elevado componente tecnológico, cujos custos estão diretamente relacionados a variações específicas do setor de tecnologia da informação, não sendo plenamente capturados por índices gerais de inflação.

10.5. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

10.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.7. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

10.8. Quando o índice de reajuste do período for negativo (deflação), caberá ao gestor do contrato promover o ajuste em favor da Administração.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas, para o presente exercício, na seguinte dotação orçamentária: Classificação Orçamentária nº 2026.0201.01.032.4200.4215.03.25000100.90.0000, Natureza de Despesa nº 3.3.90.40.84 – Manutenção, Suporte e Instalação de Softwares, conforme manifestação da Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças – DI-COF acostada aos autos.

11.2. Para o exercício seguinte, a despesa será alocada em dotação Orçamentária própria para o atendimento dessa finalidade, a ser consignada na lei Orçamentária Anual.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas durante a execução do contrato serão resolvidos pela CONTRATANTE, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, devendo as decisões ser formalizadas por escrito, conforme exigência da legislação aplicável.

12.2. O presente instrumento obriga as partes e seus sucessores, que, na forma da legislação vigente, responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento.

12.3. Independentemente de declaração expressa, a simples participação na **licitação** implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência e a submissão às normas nele contidas.

12.4. A licitante deverá informar, em sua proposta ou posteriormente, o nome, telefone e endereço eletrônico do responsável pela execução do contrato, para fins de comunicação com a CONTRATANTE.

13. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

13.1. Conforme o inciso I, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Licardino Siqueira Pires;
- Integrante técnico: Licardino Siqueira Pires; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 17 de junho de 2026.

LICARDINO SIQUEIRA PIRES
DIRETOR DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO IV

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

1. OBJETO

O presente documento estabelece a estimativa de custos para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de segurança da informação.

O escopo compreende a renovação de licenciamento, suporte técnico especializado, atualizações de segurança (FortiGuard) e manutenção da solução de firewall composta por 02 (duas) unidades do ativo Fortinet FortiGate 1800F, bem como da solução de gerenciamento e análise de logs FortiAnalyzer, pelo período de 12 (doze) meses, assegurando a continuidade da solução de segurança da informação atualmente implantada no ambiente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A presente estimativa de preços encontra fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, tendo sido elaborada com base em múltiplas fontes de pesquisa, de forma a refletir, tanto quanto possível, os preços praticados no mercado para objetos equivalentes ou tecnicamente similares, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade da contratação.

A demanda decorre de necessidade formalmente identificada pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DI-TI, responsável pela gestão da infraestrutura tecnológica do TCE-GO, conforme Documento de Formalização da Demanda.

Conforme consignado nos autos, a solução de segurança de rede constitui elemento crítico da infraestrutura de tecnologia da informação, sendo responsável pela proteção perimetral, inspeção de tráfego, prevenção e detecção de intrusões, bem como pela garantia da disponibilidade e integridade dos sistemas institucionais.

Ressalta-se que a presente contratação decorre da solução tecnológica implantada por meio do Contrato nº 44/2023, cuja vigência se encerra em setembro de 2026, sem possibilidade de prorrogação, sendo necessária nova contratação para assegurar a continuidade dos serviços de segurança da informação.

Registra-se que o contrato atualmente vigente possui prazo de encerramento previsto para setembro de 2026, sendo indispensável a realização de nova contratação para evitar riscos à segurança da informação e à operação dos sistemas institucionais.

3. METODOLOGIA ADOTADA PARA ESTIMATIVA DO VALOR

Para a composição do valor de referência da contratação, adotou-se a metodologia da cesta de preços, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Estadual nº 9.900/2021 e com a Ordem de Serviço nº 01/2024-GPRES, combinando diferentes fontes de informação, de modo a assegurar a fidedignidade da estimativa e sua aderência ao mercado.

A pesquisa de preços foi estruturada a partir das seguintes fontes:

a) Pesquisa direta com fornecedores especializados:

Foram obtidas propostas comerciais junto a fornecedores atuantes no mercado de soluções de segurança da informação e no ecossistema da solução Fortinet, considerando os requisitos técnicos específicos do ambiente do Tribunal, tais como modelo dos equipamentos, quantitativos, regime de alta disponibilidade, licenciamento, suporte técnico especializado, atualização de assinaturas de segurança e serviços associados.

A escolha dos fornecedores consultados decorreu da atuação especializada no segmento de tecnologia da informação e segurança da informação, bem como da capacidade de comercialização, fornecimento, ativação ou suporte de soluções compatíveis com a tecnologia atualmente implantada no TCE-GO.

As propostas comerciais obtidas junto às empresas Altas Networks & Telecom Ltda. e Tecno-IT Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A. foram consideradas aderentes ao objeto da contratação, por contemplarem serviços de renovação de licenciamento, suporte técnico especializado, atualizações de segurança e manutenção da solução Fortinet, compatíveis com a necessidade administrativa identificada.

Registra-se que, em atenção ao disposto no Decreto Estadual nº 9.900/2021 e ao apontamento da Diretoria Jurídica, foram realizadas diligências complementares para obtenção de nova cotação formal junto a fornecedor especializado, com o objetivo de ampliar a amostra de preços da pesquisa direta.

Em resposta à solicitação, a empresa Enygma Tecnologia em Informática Ltda. apresentou proposta comercial para renovação de licenciamento dos equipamentos FortiGate 1800F em ambiente de alta disponibilidade (HA). Contudo, a cotação apresentada contemplou apenas os licenciamentos relacionados aos equipamentos FortiGate 1800F, não abrangendo a renovação da solução FortiAnalyzer, tendo a empresa informado que a cotação para renovação do FortiAnalyzer somente seria liberada pela fabricante Fortinet com 60 (sessenta) dias de antecedência da expiração da respectiva licença.

Embora valores cotados em moeda estrangeira possam, em tese, ser convertidos para reais mediante adoção de critério objetivo de conversão cambial, a proposta apresentada pela Enygma Tecnologia em Informática Ltda. não foi utilizada na composição da média aritmética do valor estimado em razão de não contemplar integralmente o objeto pretendido, especialmente a renovação da solução FortiAnalyzer de 20GB/dia.

Registra-se, ainda, que a proposta foi apresentada em dólares norte-americanos, com previsão de conversão pela cotação PTAX na data do faturamento, circunstância que recomenda cautela na sua utilização como parâmetro direto de comparação global, sem definição prévia da data-base de conversão.

Dessa forma, a proposta e o e-mail encaminhados pela Enygma Tecnologia em Informática Ltda. foram considerados como evidência das diligências complementares realizadas pela Administração para ampliação da pesquisa de preços e como referência auxiliar específica para o componente FortiGate 1800F, mas não foram utilizados na composição da média aritmética do valor estimado, por não contemplarem integralmente o objeto pretendido, que abrange 02 (duas) unidades FortiGate 1800F e 01 (uma) solução FortiAnalyzer de 20GB/dia.

b) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP:

Foram realizadas consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP com o objetivo de localizar contratações públicas semelhantes ao objeto pretendido.

Contudo, apesar das buscas realizadas, não foram identificadas contratações com aderência integral ao escopo da presente contratação, especialmente em razão das diferenças quanto ao modelo dos equipamentos, quantitativos, prazo de vigência, regime de licenciamento, inclusão de fornecimento de hardware, treinamento, suporte residente, FortiManager, FortiMail ou outros componentes não integrantes da demanda do TCE-GO.

As contratações localizadas no PNCP foram, portanto, utilizadas exclusivamente como referências auxiliares de mercado, com a finalidade de verificar a ordem de grandeza dos valores praticados em soluções de segurança da informação baseadas em tecnologia Fortinet, sem integrar diretamente a média aritmética adotada para formação do valor estimado da contratação.

c) Histórico de contratações do próprio Tribunal:

Foi realizada análise comparativa com base no Contrato nº 44/2023, considerando que a presente contratação decorre da solução tecnológica anteriormente implantada no ambiente do TCE-GO, bem como a evolução do escopo, a vigência contratual, a necessidade de continuidade dos serviços e a atualização dos custos ao longo do tempo.

Os dados coletados foram submetidos à análise crítica quanto à aderência técnica ao objeto da contratação, sendo considerados, entre outros aspectos:

I – compatibilidade entre os modelos de equipamentos utilizados como referência e os ativos do Tribunal;

II – equivalência do escopo contratual, especialmente quanto ao licenciamento, suporte, manutenção e serviços associados;

III – prazo de vigência das contratações analisadas;

IV – atualidade dos valores obtidos;

V – compatibilidade com a arquitetura atualmente implantada;

VI – criticidade da solução para a segurança da informação institucional.

Dessa forma, para fins de composição do preço estimado, foram priorizadas as propostas comerciais diretamente aderentes ao objeto pretendido, por refletirem de forma mais adequada o escopo específico da contratação, consistente na renovação de licenciamento, suporte técnico especializado, atualização de assinaturas de segurança e manutenção da solução Fortinet atualmente implantada no ambiente do TCE-GO.

4. CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

Durante a instrução processual, foram identificadas referências públicas no PNCP e obtidas propostas comerciais junto a fornecedores especializados.

As referências públicas localizadas no PNCP foram analisadas criticamente pela Administração. Verificou-se, contudo, que nenhuma delas apresenta aderência integral ao objeto pretendido pelo TCE-GO.

A contratação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG envolve, além de FortiGate e FortiAnalyzer, componentes como FortiManager, FortiMail e suporte com técnico residente, com vigência de 60 (sessenta) meses.

A contratação do Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo – DETRAN/ES contempla FortiAnalyzer, licenciamento e garantia de equipamentos Fortinet por 60 (sessenta) meses, serviços técnicos e treinamento.

A contratação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ refere-se a equipamentos FortiGate 3200D, FortiAnalyzer e FortiManager, com prazo de 36 (trinta e seis) meses.

A contratação do Ministério Público Militar – MPM envolve FortiGate 1500D e FortiAnalyzer Appliance, com suporte técnico.

A contratação da Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe – SEFAZ/SE envolve aquisição de FortiGate 400F, licenciamento NGFW, módulo de logs e treinamento técnico.

Em razão dessas diferenças, tais referências foram utilizadas apenas como parâmetros auxiliares de mercado, não sendo adotadas como base direta para a média do preço estimado.

Assim, as referências públicas localizadas no PNCP não foram utilizadas como preços diretamente comparáveis nem como substitutas de cotação comercial aderente, mas apenas

como elementos de apoio à análise crítica da ordem de grandeza dos valores praticados em contratações de soluções de segurança da informação baseadas em tecnologia Fortinet.

A ausência de contratação pública com aderência integral decorre da natureza específica da solução atualmente implantada no TCE-GO, composta por 02 (duas) unidades FortiGate 1800F e solução FortiAnalyzer, bem como da necessidade de renovação de licenciamento e suporte em condições compatíveis com a arquitetura tecnológica existente. Em contratações de soluções de segurança da informação, é comum que os objetos variem conforme o parque tecnológico de cada órgão, o modelo dos equipamentos, a capacidade de processamento, a vigência contratual, os módulos contratados e os serviços acessórios incluídos no escopo.

Por outro lado, as propostas comerciais das empresas Altas Networks & Telecom Ltda. e Tecno-IT Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A. foram consideradas diretamente aderentes ao objeto, por contemplarem a renovação de licenciamento, suporte técnico especializado, atualização de assinaturas de segurança e manutenção da solução Fortinet atualmente implantada no ambiente do TCE-GO.

A proposta comercial da empresa Enygma Tecnologia em Informática Ltda. foi analisada como diligência complementar realizada pela Administração. Contudo, não foi considerada diretamente aderente para fins de composição da média, por não contemplar a totalidade do objeto pretendido, especialmente a renovação da solução FortiAnalyzer de 20GB/dia, e por apresentar valor em moeda estrangeira, sujeito à conversão futura pela cotação PTAX na data do faturamento.

5. PARÂMETRO ADOTADO

Considerando a especificidade técnica do parque tecnológico do Tribunal, a necessidade de assegurar a compatibilidade com os ativos existentes e a ausência de contratações públicas com aderência integral ao objeto pretendido, foram priorizadas, para fins de formação do valor estimado, as referências comerciais válidas e aderentes ao escopo global da contratação.

A estimativa atual foi obtida mediante média aritmética entre as propostas comerciais válidas apresentadas pelas empresas Altas Networks & Telecom Ltda. e Tecno-IT Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A., nos seguintes termos:

| Fonte | Valor total da proposta |
|--|-------------------------|
| Altas Networks & Telecom Ltda. | R\$ 697.400,00 |
| Tecno-IT Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A. | R\$ 1.080.851,70 |
| Valor médio estimado | R\$ 889.125,85 |

A adoção da média aritmética justifica-se por mitigar distorções decorrentes de variações pontuais de mercado, evitando tanto a superestimação quanto a subestimação do valor de referência, e encontra respaldo no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, desde que acompanhada da análise crítica das fontes utilizadas e da justificativa quanto à aderência dos preços ao objeto.

Registra-se que a proposta da Altas Networks & Telecom Ltda. apresentou preços unitários para os itens que compõem o objeto da contratação, os quais foram aplicados aos quantitativos definidos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, resultando no valor total considerado de R\$ 697.400,00.

Registra-se que a proposta da Tecno-IT Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A. não deve ser tratada como “proposta anterior”, mas como proposta comercial válida apresentada no âmbito da presente fase preparatória, considerada aderente ao escopo atual da contratação e mantida como referência documental nos autos.

Registra-se, ainda, que a proposta comercial apresentada pela Enygma Tecnologia em Informática Ltda., embora demonstre diligência complementar da Administração junto ao mercado fornecedor e possa servir como referência auxiliar específica para o componente FortiGate 1800F, não foi considerada para fins de cálculo da média aritmética global, por não contemplar a totalidade do objeto pretendido, especialmente a renovação da solução FortiAnalyzer de 20GB/dia, e por apresentar valores em moeda estrangeira, sujeitos à conversão pela cotação PTAX na data do faturamento.

6. MEMÓRIA DE CÁLCULO

A estimativa do valor foi consolidada com base na média aritmética entre propostas comerciais válidas e aderentes ao objeto, obtidas junto a fornecedores especializados, considerando o escopo de renovação de licenciamento, suporte técnico especializado, atualização de assinaturas de segurança e manutenção da solução atualmente implantada.

A proposta comercial da empresa Altas Networks & Telecom Ltda. apresentou preços unitários para os itens que compõem o objeto da contratação, sendo R\$ 331.613,00 para a renovação de licenciamento Unified Threat Protection – UTP, incluindo IPS, Advanced Malware Protection, Application Control, Web Filtering, Antispam Service e 24x7 FortiCare Elite, para FortiGate 1800F, e R\$ 34.174,00 para a renovação de licenciamento da solução FortiAnalyzer de 20GB/dia, ambos com vigência de 12 (doze) meses.

Considerando que o quantitativo necessário ao TCE-GO corresponde a 02 (duas) unidades FortiGate 1800F e 01 (uma) solução FortiAnalyzer de 20GB/dia, os preços unitários constantes da proposta foram aplicados aos quantitativos definidos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, resultando no valor total de R\$ 697.400,00, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Proposta comercial Altas Networks & Telecom Ltda.



| Item | Descrição do serviço | Quantidade | Valor unitário | Valor total |
|------|--|------------|----------------|-----------------------|
| 01 | Renovação de licenciamento Unified Threat Protection – UTP, incluindo IPS, Advanced Malware Protection, Application Control, Web Filtering, Antispam Service e 24x7 FortiCare Elite, para FortiGate 1800F, com vigência de 12 meses. | 2 | R\$ 331.613,00 | R\$ 663.226,00 |
| 02 | Renovação de licenciamento da solução de gerenciamento de logs FortiAnalyzer, com capacidade de 20 GB/dia, com vigência de 12 meses. | 1 | R\$ 34.174,00 | R\$ 34.174,00 |
| | Valor total calculado com base nos preços unitários da proposta Altas Networks & Telecom Ltda. | | | R\$ 697.400,00 |

A proposta comercial da empresa Tecno-IT Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A. apresentou valor global de R\$ 1.080.851,70 para renovação de licenças e serviços Fortinet pelo período de 1 (um) ano. Registra-se que, da proposta apresentada, foi considerado exclusivamente o item 1.3, referente ao cenário de renovação por 1 (um) ano, por ser o item aderente ao prazo e ao escopo da presente contratação. Os demais itens constantes da proposta correspondem a cenários distintos de quantitativo ou vigência, razão pela qual não foram utilizados para a formação do valor estimado.

Tabela 2 – Proposta comercial Tecno-IT Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A.

| Fonte | Descrição sintética | Quantidade | Valor total |
|---|--|------------|------------------|
| Tecno-IT Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A. | Renovação de licenças e serviços Fortinet pelo período de 1 (um) ano, conforme item 1.3 da proposta comercial apresentada. | 1 | R\$ 1.080.851,70 |

A proposta comercial da empresa Enygma Tecnologia em Informática Ltda. apresentou cotação no valor total de US\$ 129.178,00, contemplando exclusivamente a renovação de licenciamento dos equipamentos FortiGate 1800F em ambiente de alta disponibilidade (HA), sem abranger a solução FortiAnalyzer de 20GB/dia. Em razão de sua incompletude em relação ao objeto pretendido e por estar expressa em moeda estrangeira, com conversão pela cotação PTAX na

data do faturamento, referida proposta não foi utilizada na composição da média aritmética, servindo como evidência de diligência complementar realizada pela Administração.

A memória de cálculo da estimativa atual é a seguinte:

Tabela 3 – Memória de cálculo da estimativa atual

| Referência | Valor total |
|--|-------------------------|
| Proposta comercial Altas Networks & Telecom Ltda. | R\$ 697.400,00 |
| Proposta comercial Tecno-IT Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A. | R\$ 1.080.851,70 |
| Soma das propostas consideradas | R\$ 1.778.251,70 |
| Quantidade de propostas consideradas | 2 |
| Valor médio estimado | R\$ 889.125,85 |

Assim, o valor estimado atual da contratação é de R\$ 889.125,85 (oitocentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

7. CONCLUSÃO

Conclui-se que o valor estimado atual de R\$ 889.125,85 (oitocentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos) mostra-se compatível com os preços praticados no mercado, considerando os preços unitários constantes da proposta comercial da Altas Networks & Telecom Ltda., aplicados aos quantitativos definidos para a contratação, e a proposta comercial válida e aderente da Tecno-IT Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A., as referências públicas analisadas como parâmetros auxiliares, o histórico de contratação do próprio Tribunal e a especificidade técnica da solução atualmente implantada.

A metodologia adotada permitiu equilibrar variações de preços identificadas na pesquisa de mercado, mitigando o risco de superestimação ou subestimação do valor da contratação.

Registra-se que, em atenção ao disposto no Decreto Estadual nº 9.900/2021 e ao apontamento da Diretoria Jurídica, foram realizadas diligências complementares para ampliação da pesquisa direta com fornecedor especializado, tendo sido obtida proposta da empresa Enygma Tecnologia em Informática Ltda. Contudo, a referida proposta não foi utilizada no cálculo da média aritmética por não contemplar integralmente o objeto pretendido, especialmente a renovação da solução FortiAnalyzer de 20GB/dia, e por apresentar valores em moeda estrangeira, sujeitos à conversão pela cotação PTAX na data do faturamento.



Dessa forma, entende-se que a estimativa atual atende aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, estando em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando as propostas comerciais válidas e aderentes obtidas, as diligências complementares realizadas, as referências públicas analisadas como parâmetros auxiliares, o histórico de contratação do próprio Tribunal e a especificidade técnica da solução atualmente implantada no TCE-GO.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Goiânia, 17 de junho de 2026

MÁRCIO LEMOS PINTO COELHO JÚNIOR

ASSESSOR

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026

Contrato de empresa especializada para
XX na
XX na
sede administrativa do TCE-GO que entre si celebram o
Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a empresa **(nome
da empresa em negrito)**.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 02.291.730/0001-14, com sede na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO – CEP: 74.674-015, neste ato representado por seu **Presidente, Conselheiro Helder Valin Barbosa**.

CONTRATADA: **[Nome da empresa contratada]**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX, localizada no (a) XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, conforme ato homologatório exarado no Despacho nº XXX, de XXXX de XXXXX de 2026, da Presidência do TCE-GO, nos autos do **Processo TCE-GO nº 202600047001531**, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a IN nº 73/2022, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de segurança da informação, compreendendo a renovação de licenciamento, suporte técnico especializado (24x7), atualização de assinaturas de segurança (FortiGuard) e manutenção da solução de firewall baseada em tecnologia Fortinet, incluindo solução de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, assegurando a continuidade da solução de segurança da informação atualmente implantada no ambiente do TCE-GO.



| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|--|---------|------------|----------------------|-------------------|
| 1 | Suporte técnico especializado e renovação de licenciamento FortiGuard, incluindo serviços de segurança e atualização contínua, com suporte do tipo FortiCare Elite, para firewall FortiGate 1800F. | unidade | 2 | R\$ | R\$ |
| 2 | Suporte técnico e licenciamento da solução FortiAnalyzer, com capacidade mínima de ingestão e processamento de 20 GB de logs por dia. | unidade | 1 | R\$ | R\$ |

| | |
|--------------------------------|------------|
| VALOR TOTAL DO CONTRATO | R\$ |
|--------------------------------|------------|

1.2. Fazem parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº **18/2026** e seus anexos.
- b) Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA

2.1. A execução do objeto terá início após a assinatura do contrato, a ser encaminhado em meio eletrônico, devendo a CONTRATADA disponibilizar os serviços contratados em prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento.

2.2. Os serviços serão prestados de forma contínua, durante toda a vigência contratual, com execução permanente da solução de segurança da informação, não se tratando de fornecimento sob demanda, mas de manutenção contínua da infraestrutura tecnológica.

2.3. A prestação dos serviços deverá ocorrer no ambiente tecnológico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, podendo ser realizada de forma remota e, quando necessário, presencial, na sede administrativa localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO.

2.4. Eventuais despesas com deslocamento de técnicos, bem como custos relacionados à execução dos serviços, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

2.5 – Condições de Suporte e Execução dos Serviços

2.5.1. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA será responsável pela manutenção da solução, incluindo correção de falhas, atualização de sistemas e suporte técnico especializado.

2.5.2. O suporte deverá abranger a resolução de incidentes, ajustes de configuração, atualização de versões e demais atividades necessárias à plena operação da solução.

2.5.3. A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento da solução durante toda a vigência contratual, mantendo-a atualizada e protegida contra vulnerabilidades.

2.5.4. Os serviços deverão assegurar a manutenção da arquitetura em alta disponibilidade (HA), garantindo a continuidade operacional da solução.

2.5.5. O atendimento às demandas deverá ocorrer mediante abertura de chamados técnicos, com registro, acompanhamento e rastreabilidade.

2.6. – Suporte Técnico, Manutenção e Assistência

2.6.1. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA será responsável pela manutenção da solução, incluindo correção de falhas, atualização de sistemas e suporte técnico especializado.

2.6.2. O suporte deverá abranger a resolução de incidentes, ajustes de configuração, atualização de versões e demais atividades necessárias à plena operação da solução.

2.6.3. A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento da solução durante toda a vigência contratual, mantendo-a atualizada e protegida contra vulnerabilidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá ainda:

3.1.1. Fornecer todas as informações, acessos e condições necessárias à plena execução do contrato.

3.1.2. Efetuar o pagamento devido, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observadas as condições contratuais.

3.1.3. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhamento da execução.

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos, registrando eventuais ocorrências e determinando as correções necessárias.

3.1.5. Notificar a CONTRATADA sobre falhas ou irregularidades na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.



3.1.6. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às instalações e aos sistemas, quando necessário à execução dos serviços.

3.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.1.8. Aplicar as sanções previstas e adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

3.1.9. Não se responsabilizar por despesas realizadas pela CONTRATADA sem prévia autorização.

3.2. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Além de cumprir as obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ainda:

4.1.1. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução contratual e de todos os tributos e despesas compatíveis com a natureza dos serviços, como deslocamento e logística de pessoal incidentes sobre o objeto deste contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

4.1.2. Arcar com todas as despesas compatíveis com a natureza dos serviços, como deslocamento e logística de pessoal devido a inconformidade com as condições estabelecidas neste contrato.

4.1.3. Manter, durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

4.1.4. Manter preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

4.1.5. Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, nos prazos e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, assegurando qualidade técnica e observância às normas aplicáveis.

4.1.6. Prestar suporte técnico especializado, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, garantindo a continuidade e a disponibilidade da solução.

4.1.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou



reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

4.1.8. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

4.1.9. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem falhas, vícios ou incorreções, conforme determinação da fiscalização.

4.1.10. Atender às determinações do gestor e do fiscal do contrato, prestando os esclarecimentos e informações solicitados.

4.1.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou a segurança da informação.

4.1.12. Executar os serviços observando as políticas, normas e procedimentos de segurança da informação do Tribunal.

4.1.13. Garantir a atualização contínua das assinaturas de segurança, versões e correções da solução, mantendo-a protegida contra vulnerabilidades.

4.1.14. Não transferir a terceiros a responsabilidade pela execução contratual, sendo admitida a subcontratação parcial exclusivamente para viabilizar a prestação de serviços diretamente pelo fabricante da solução, nos termos do item 4.3 do Termo de Referência, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais.

4.1.15. Planejar, executar e manter os serviços de acordo com os níveis de serviço (SLA) estabelecidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXX)**, de acordo com os valores especificados na proposta de preços.

5.1.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da efetiva prestação dos serviços.

5.2. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026.0201.01.032.4200.4215.03.25000100.90.0000, bem como na Natureza de Despesa 3.3.90.40.84 – Manutenção, Suporte e Instalação de Softwares

5.3. Eventuais despesas a serem realizadas no exercício subsequente serão alocadas na dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela CONTRATANTE na respectiva Lei Orçamentária Anual.

5.4. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir data da elaboração do orçamento estimativo, no dia 30/04/2026, adotando-se como parâmetro o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.4.1. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

5.4.2. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

5.4.3. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em parcela única, em até 30 (trinta) dias corridos, contados do atesto da Nota Fiscal/Fatura e do recebimento definitivo do objeto.

6.1.1. O pagamento estará condicionado:

- a) à comprovação da ativação das licenças, assinaturas e serviços contratados;
- b) ao recebimento definitivo do objeto;
- c) ao atesto da execução pelo fiscal do contrato;
- d) à apresentação da documentação fiscal regular;
- e) à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

6.2. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

6.3. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na nota fiscal.

6.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa será devolvida à CONTRATADA pelo Gestor do contrato e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o CONTRATANTE.

6.6. Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS, INSS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação “ON LINE”.

6.7. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

6.8. A gestão e a fiscalização do contrato competirão aos servidores designados no inciso IX do art. 13 da Portaria nº 729/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Licardino Siqueira Pires e Leandro dos Santos.

6.9. À fiscalização caberá ainda:

6.9.1. Assegurar-se da verificação da conformidade dos serviços prestados com as especificações técnicas e normas regulamentadoras aplicáveis.

6.9.2. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quando da necessidade de aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.

6.10. A fiscalização nos moldes deste Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou defeitos ocultos de serviços que os desqualificam para o uso normal e rotineiro e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do TCE-GO ou de seus agentes e prepostos.

6.11. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás caberá:

6.11.1. Apresentar à CONTRATADA as observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da Fiscalização.

6.11.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

6.12. À CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo Fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;

- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) O caráter educativo da pena;
- f) O princípio da proporcionalidade;
- g) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.5. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.1 deste contrato.

8.5.1. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

8.5.2. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “b”, “c”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

8.5.3. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de fornecimento ou serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;
- b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

8.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.10. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

8.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

8.14. As sanções previstas nesta Cláusula são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e da Lei estadual nº 13.800/2001, e a Resolução Administrativa nº 12/2025 desta Corte de Contas, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito do TCE-GO.

8.16. Durante a vigência do contrato, é vedado à CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

9.3. A extinção do contrato poderá ocorrer por uma das formas do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Este contrato pode ser alterado segundo regime previsto nos artigos 124 a 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, naquilo que for cabível ao presente contrato, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.2. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes da prorrogação, se for o caso.

10.2.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da apresentação do requerimento, para decidir sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

10.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste previstos no próprio contrato;

- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- d) Empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1. A publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, será providenciada em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual, no foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e obrigando-se ao integral cumprimento das disposições do Código de Ética e da Política de Integridade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no que lhe for aplicável.

13.2. Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo descumprimento de qualquer das suas obrigações, estará sujeita às sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação aplicável, cuja individualização será definida pela gravidade do ato praticado, podendo haver cumulação de sanções ou cumulação de sanções com penalidades.

13.3. Se ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, a CONTRATANTE poderá declarar inelegível a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a atuar no presente Contrato em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14.2. Fica a CONTRATADA, ciente de que o tratamento, pela CONTRATANTE, dos dados pessoais fornecidos para instruir o processo de contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, incisos II e V, e no art. 23, da Lei nº 13.709/2018.

14.3. A CONTRATADA deverá observar, na condução de suas atividades, as diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da Informação do TCE-GO, devendo manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, modelos ou outros materiais de propriedade do TCE-GO ou de terceiros, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelar estes, sob qualquer justificativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2. Ao longo da execução do contrato, a CONTRATADA é obrigada a cumprir eventuais exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15.3. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem justas e contratadas, assinam este instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Gabinete da Presidência do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, aos XXX dias do mês de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Conselheiro Helder Valin Barbosa
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
CONTRATANTE

Nome do Representante
NOME DA EMPRESA
CONTRATADA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA

| |
|--------------------------------|
| NOME DA EMPRESA: |
| ENDEREÇO: |
| CNPJ/MF: |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL: |
| PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: |

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UN | QTD | CUSTO UNIT (R\$) | CUSTO TOTAL (R\$) |
|------|--|----|-----|------------------|-------------------|
| 1 | Suporte técnico especializado e renovação de licenciamento FortiGuard, incluindo serviços de segurança e atualização contínua, com suporte do tipo FortiCare Elite, para firewall FortiGate 1800F. | un | 2 | R\$ | R\$ |
| 2 | Suporte técnico e licenciamento da solução FortiAnalyzer, com capacidade mínima de ingestão e processamento de 20 GB de logs por dia. | un | 1 | R\$ | R\$ |

| | |
|--------------------------------|------------|
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA | R\$ |
|--------------------------------|------------|

PLANILHA COM CUSTOS UNITÁRIOS

NOTA: As licitantes devem apresentar planilha orçamentária com data base referente à data de abertura das propostas.

O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos

da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato/prestar os serviços, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Tel./Fax: _____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Goiânia, ____ de _____ 2026.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data, **inexiste** fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, nos termos do inciso I, art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em conformidade com Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e previsão contida 8.º inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que **não possui** em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE NÃO
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO QUE EXTRAPOLEM O LIMITE
DE ENQUADRAMENTO**

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo, **e que no ano-calendário corrente desta licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO X

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO XI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (A ser Assinada pela
Adjudicatária na Formalização Contratual)**

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 18/2026, instaurado pelo Processo nº 202600047001531, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para contratação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes nos Anexos da Instrução Normativa do IBAMA atualizada, que verse sobre tais matérias, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Goiânia, ____ de _____ de 2026.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INTEGRAL, ENGLOBADOS OS DIREITOS TRABALHISTAS

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531**

ANEXO XIII

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA
REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E APRENDIZ**

(Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que cumpre exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, mantendo esta condição durante toda a execução do contrato, tendo ciência que o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO XIV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.
13.709/2018**

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE//DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, e quando for o caso da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e CAT (Certidão de Acervo Técnico).
5. (Nome da empresa)_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____(nome), _____(qualificar)_____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE//DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o CONTRATANTE, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001531

ANEXO XV

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES (Apenas se
houver indicação no Edital sobre a Necessidade)**

DECLARO, na qualidade de representante da empresa _____, com sede em _____, fone,_(____)_____, que tenho conhecimento de todas as condições do local de prestação de serviços descrito no Anexo I - Termo de Referência do Pregão nº 18/2026, renunciando a quaisquer alegações futuras em relação a eventuais limitações ou características do referido local.

Goiânia, ____ de _____ de 2026.

NOME COMPLETO _____
CI/RG ou CPF: _____

Assinatura do Representante
Empresa

Assinatura do Representante
Empresa

Visto: _____
Servidor do TCE-GO